



Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas

Relatório e Contas 2018

Atividade
Sindical

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

I Relatório de Atividades | 4

- 1 Sócios | 4
 - 1.1. Movimento de sócios | 5
 - 1.2. Por situação, género e grupo etário | 5
 - 1.3. Por Secção Sindical | 6

- 2 Atividades | 8
 - 2.1. Ação Sindical | 9
 - 2.1.1. Vida Institucional
 - 2.1.2. Contratação Coletiva
 - 2.1.3. Sindicalização
 - 2.2.3. Globalização e Cooperação
 - 2.2. Ação Sindical, Cultural e Tempos Livres | 26
 - 2.2.1. Centro de Férias e Formação
 - 2.2.2. Parque de Campismo e Caravanismo
 - 2.2.3. Contratação de Serviços de Lazer
 - 2.2.4. Colónia de Férias
 - 2,2,5 Atividades socioculturais
 - 2.2.6 Atividades desportivas
 - 2.3. Apoio jurídico | 34
 - 2.4. Formação | 36
 - 2.5. Lutuosa | 37

- 3 Organização e Recursos | 38
 - 3.1. Gestão | 39
 - 3.2. Recursos Humanos | 40
 - 3.2.1. Por Tipo de Pessoal
 - 3.2.2. Por Empresa
 - 3.2.3. Outros Indicadores
 - 3.3. Instalações | 42

- 4 Situação Económica e Financeira | 43
 - 4.1. Enquadramento | 44
 - 4.2. Análise Económica | 44
 - 4.2.1. Análise Global
 - 4.2.2. Análise por Empresas
 - 4.3. Análise Financeira | 53

II Demonstrações Financeiras | 54

- 1 Balanços | 55
- 2 Demonstrações dos Resultados por Naturezas | 56
- 3 Demonstrações dos Fluxos de Caixa | 57
- 4 Demonstrações das Alterações no Capital Próprio | 58

Anexo às Demonstrações Financeiras | 59

Proposta de Aplicação de Fundos | 79

INTRODUÇÃO

Os ciclos económicos contribuem fortemente para as alterações do tecido social, seja pelo retrocesso, arrastando direitos e rendimentos para valores inferiores de uma forma rápida; quer seja pelo crescimento e progresso, com consequências na melhoria do estado social, sendo que este movimento é lento e difícil de consolidar.

Peça fundamental e até mesmo motor destes ciclos, o setor financeiro acompanha e dinamiza a economia de acordo com as oportunidades que aquelas dinâmicas criam.

Mas se o setor financeiro é motor destas alterações, os trabalhadores são motor das instituições financeiras.

A capacidade de gerar confiança entre as organizações e os seus utilizadores assenta na competência e dedicação dos trabalhadores do setor, muito mais do que nas tecnologias em que se sustentam as novas formas de exploração do negócio financeiro.

A reorganização do setor e a pressão sobre os postos de trabalho continuou a reduzir claramente o número de trabalhadores e, por consequência, o número de associados e de beneficiários do nosso sistema.

Podemos hoje dizer que estaremos a entrar num ciclo de crescimento da economia, mas não poderemos esperar um crescimento do número de trabalhadores no nosso setor.

Ainda assim o SBSI continua a liderar o movimento sindical português no binómio número de associados/volume de negócios, honrando pontualmente os seus compromissos com todos os seus fornecedores, parceiros, trabalhadores e, sobretudo, com os seus associados e beneficiários.

Esta é a razão maior do nosso trabalho. Não será demais repetir que rejeitamos qualquer tipo de demagogia que possa beliscar a relação de confiança que com a lealdade própria do espírito sindical construímos ao longo de décadas.

Os desafios permanentes com que nos deparamos, a pressão a que estamos sujeitos pelo relevo que temos na sociedade portuguesa e o relevo internacional que temos vindo a reforçar são estímulos para a prossecução dos nossos objetivos de defesa intransigente dos nossos valores e princípios, que respaldam a nossa atividade sindical em todas as suas vertentes, da contratação coletiva ao apoio social consubstanciado num SAMS transversal e solidário, compromisso entre gerações que assumimos e defendemos com convicção.

Assim tem sido, assim queremos que continue a ser, independentemente da forma que o nosso Sindicato venha a ter no futuro.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. SÓCIOS

- 1.1. Movimento de sócios | 5
- 1.2. Por situação, género e grupo etário | 5
- 1.3. Por Secção Sindical | 6

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. SÓCIOS

1.1. Movimento de Sócios

No final de 2018, o SBSI contava com 37.662 sócios, menos 1.132 que em 2017 (-2,9%).

MOVIMENTO DE SÓCIOS	2018		2017	2016	Variação (%)	
	Nº		Nº	Nº	18/17	17/16
Situação do início do ano	38.794		39.756	40.638	-2,4	-2,2
Admissões e readmissões	610		717	565	-14,9	26,9
Cancelamento de inscrições	1.742		1.679	1.447	3,8	16,0
Falta de pagamento de quotas	256		79	119	>100	-33,6
Abandono do sector	203		266	293	-23,7	-9,2
Pedidos de demissão	504		600	401	-16,0	49,6
Falecimentos	457		436	414	4,8	5,3
Licença sem vencimento	1		1	0	0,0	-
Saídas com efeito em anos ant.	321		297	220	8,1	35,0
Situação no final do ano	37.662		38.794	39.756	-2,9	-2,4

Os pedidos de demissão e os falecimentos foram as principais causas para o cancelamento de inscrições com 961 dos casos ocorridos durante o ano.

1.2. Por género, situação e escalão etário

SEXO / GRUPO ETÁRIO	2018		2017	2016	Variação (%)	
	Nº	(%)	Nº	Nº	18/17	17/16
GÉNERO	37.662	100,0	38.794	39.756	-2,9	-2,4
Homens	23.574	62,6	24.286	24.963	-2,9	-2,7
Mulheres	14.088	37,4	14.508	14.793	-2,9	-1,9
SITUAÇÃO	37.662	100,0	38.794	39.756	-2,9	-2,4
Ativos	14.409	38,3	15.422	16.296	-6,6	-5,4
Reformados	23.253	61,7	23.372	23.460	-0,5	-0,4
GRUPO ETÁRIO	37.662	100,0	38.794	39.756	-2,9	-2,4
<29 anos	568	1,5	526	402	8,0	30,8
30 - 39 anos	2.479	6,6	2.991	3.639	-17,1	-17,8
40 - 49 anos	5.603	14,9	6.116	6.455	-8,4	-5,3
50 - 59 anos	5.971	15,9	6.279	6.609	-4,9	-5,0
>60 anos	23.041	61,2	22.882	22.651	0,7	1,0

A representatividade das mulheres, na estrutura de sócios do SBSI, manteve-se em 2018, constituindo estas 37,4% do total.

Os reformados mantêm o seu peso, em relação aos dois anos anteriores, atingindo, no final de 2018, 61,7% do total. Os escalões que representavam os associados com mais de 60 anos detinham 61,2% do total, contra 59% no ano anterior, um aumento de 159 sócios nesse grupo etário.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. SÓCIOS

1.2. Por género, situação e escalão etário

Todos os escalões etários, com exceção do que representa os sócios com menos de 29 anos e o de com mais de 60 anos, sofreram uma redução, em termos absolutos, assinalando-se a maior quebra no escalão de 30 a 39 anos. O grupo dos sócios com menos de 30 anos, apesar do aumento, representava apenas, cerca de 1,5% do total. O último escalão, que voltou a crescer em 2018, continua a ser o mais numeroso e o seu peso corresponde já a 61,2% do total.

1.3. Por Secção Sindical

Estavam registados, no final do ano, na área das Secções Sindicais de Empresa, 23.241 sócios, dos quais 58,1% eram reformados.

SECÇÕES DE EMPRESA E REFORMADOS	2018		2017 Nº	2016 Nº	Variação (%)	
	Nº	(%)			18/17	17/16
SÓCIOS	23.241	100,0	24.113	24.681	-3,6	-2,3
Ativos	9.738	41,9	10.529	10.995	-7,5	-4,2
Reformados	13.503	58,1	13.584	13.686	-0,6	-0,7
SECÇÕES DE EMPRESA	9.738	41,9	10.529	10.995	-7,5	-4,2
BBVA	164	0,7	170	174	-3,5	-2,3
Grupo Santander Totta	1.491	6,4	1.349	1.434	10,5	-5,9
Grupo BCP	1.972	8,5	2.052	2.133	-3,9	-3,8
Grupo Novo Banco	816	3,5	984	1.020	-17,1	-3,5
Grupo Banco BPI	1.038	4,5	1.162	1.322	-10,7	-12,1
BANIF	0	0,0	69	166	-100,0	-58,4
Grupo Banco de Portugal	603	2,6	647	695	-6,8	-6,9
Barclays Bank	0	0,0	5	22	-100,0	-77,3
CCAM	270	1,2	275	272	-1,8	1,1
IFAP	169	0,7	174	181	-2,9	-3,9
Montepio Geral	838	3,6	902	911	-7,1	-1,0
Unicre	118	0,5	122	128	-3,3	-4,7
Interempresas	1.303	5,6	1.300	1.113	0,2	16,8
SIBS	161	0,7	167	169	-3,6	-1,2
Banco Popular	0	0,0	261	348	-100,0	-25,0
Grupo CGD	565	2,4	660	689	-14,4	-4,2
BIC	230	1,0	230	218	0,0	5,5
SECÇÃO DE REFORMADOS	13.503	58,1	13.584	13.686	-0,6	-0,7

As Secções Sindicais de Empresa perderam 872 sócios em 2018. Destaque para o Grupo Santander Totta que aumentaram em 10,5 % o número de sócios (+142) e em sentido contrário temos o Grupo Novo Banco com menos 17,1% dos sócios (-168).

A Secção Sindical de Reformados que incorpora todos os sócios aposentados da área de Lisboa, que transitaram das Secções de Empresa, registou uma diminuição de 81 reformados, mantendo a variação registada em 2017.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

1. SÓCIOS

1.3. Por Secção Sindical

Face ao crescente número de saídas do setor por RMA (rescisões por mútuo acordo) ou outras, as Secções Sindicais Regionais registaram uma diminuição do número de sócios, relativamente ao ano anterior (- 260 sócios). No final do ano, estavam aqui recenseados 14.421 sócios, dos quais 67,6% eram reformados.

SECÇÕES REGIONAIS	2018		2017 Nº	2016 Nº	Variação (%)	
	Nº	(%)			18/17	17/16
SÓCIOS	14.421	100,0	14.681	15.075	-1,8	-2,6
Ativos	4.671	32,4	4.893	5.301	-4,5	-7,7
Reformados	9.750	67,6	9.788	9.774	-0,4	0,1
SECÇÕES REGIONAIS	14.421	100,0	14.681	15.075	-1,8	-2,6
Angra Heroísmo	361	2,5	361	356	0,0	1,4
Beja	513	3,6	515	543	-0,4	-5,2
Castelo Branco	487	3,4	479	505	1,7	-5,1
Covilhã	334	2,3	357	377	-6,4	-5,3
Évora	865	6,0	884	896	-2,1	-1,3
Faro	1.019	7,1	1.057	1.108	-3,6	-4,6
Funchal	565	3,9	585	596	-3,4	-1,8
Horta	200	1,4	190	199	5,3	-4,5
Ponta Delgada	760	5,3	778	810	-2,3	-4,0
Portalegre	552	3,8	574	582	-3,8	-1,4
Portimão	737	5,1	753	784	-2,1	-4,0
Santarém	1.075	7,5	1.102	1.147	-2,5	-3,9
Setúbal	4.742	32,9	4.822	4.897	-1,7	-1,5
Tomar	949	6,6	973	1.004	-2,5	-3,1
Torres Vedras	1.262	8,8	1.251	1.271	0,9	-1,6

O número de sócios entre os ativos diminuiu em 222 indivíduos (-4,5%), relativamente a 2017, tendo o número de reformados diminuído em 38 elementos (-0,4%).

À exceção da Secção Regional da Horta, todas as Secções Regionais reduziram o número de sócios em comparação com o ano anterior.

Na distribuição por género, nota-se predominância dos homens, no conjunto das Secções Regionais, representando 67,7% do total.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2. ATIVIDADES

- 2.1. Ação Sindical | 9
 - 2.1.1. Vida Institucional
 - 2.1.2. Contratação Coletiva
 - 2.1.3. Sindicalização
 - 2.2.3. Globalização e Cooperação
- 2.2. Ação Sindical, Cultural e Tempos Livres | 26
 - 2.2.1. Centro de Férias e Formação
 - 2.2.2. Parque de Campismo e Caravanismo
 - 2.2.3. Contratação de Serviços de Lazer
 - 2.2.4. Colónia de Férias
 - 2,2,5 Atividades socioculturais
 - 2.2.6 Atividades desportivas
- 2.3. Apoio jurídico | 34
- 2.4. Formação | 36
- 2.5. Lutuosa | 37

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.1. Vida Institucional

■ CONSELHO GERAL

Em 22 de março de 2018: Apreciação e deliberação, nos termos da alínea f) do n.º 1 do Artigo 29.º dos Estatutos, do Relatório e Contas do Sindicato relativo ao exercício de 2017.

Em 9 de outubro de 2018: Alteração do regulamento das Assembleias Gerais de 2019: proposta da MECODEC nos termos do artigo 33.º alínea d) dos estatutos do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas.

Em 11 de dezembro de 2018: Aprovar nos termos da alínea f) do Artigo 29.º dos Estatutos, a Proposta de Orçamento do Sindicato para 2018:Atividade Sindical, SAMS e USP;

Discussão e aprovação da proposta de revisão da tabela salarial da Caixa Geral de Depósitos;

Contratação Coletiva – Mandatar a Direção do Sindicato para assinar o acordo de revisão da tabela salarial, cláusulas de expressão salarial, cláusulas em anexo e conferir poderes à Direção para, se assim for adequado, em nome do conselho geral delegar na FEBASE os referidos poderes.

■ OUTROS EVENTOS

Entre outras atividades inerentes a ação sindical, salientam-se as seguintes:

- Reuniões com comissões de trabalhadores, secretariados sindicais de empresa e regionais.
- Reuniões com trabalhadores de diversas instituições.
- Acompanhamento de trabalhadores na resolução de problemas.
- Envio de dezenas de ofícios às administrações das Instituições

Para além destas reuniões, tiveram lugar muitas outras sobre os processos de reestruturação que ocorreram em várias Instituições de Crédito.

O SBSI é um património de todos os bancários. A participação na vida e atividades do Sindicato é fundamental para manter viva e interventiva esta Instituição.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REVISÃO DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

O ano de 2018 foi difícil para os Sindicatos. As instituições de crédito voltaram a demonstrar uma total insensibilidade face às justas expectativas dos trabalhadores.

Nas diversas mesas negociais em que o SBSI interveio, os processos arrasta-se por meses devido à intransigência da banca, que insistiu nas suas propostas lamentáveis.

A negociação trouxe de tudo: tentativas de retirada de direitos a valores ínfimos na revisão salarial.

O Sindicato lutou contra estes ataques com todas as armas possíveis. Em 2019 está apostado em recuperar o que não foi possível no ano anterior.

ACT do Setor Bancário

Revisão Salarial

O SBSI, assumindo as suas responsabilidades no âmbito das negociações salariais para 2018, em tempo útil apresentou a todas as IC com quem tem acordos celebrados uma proposta de aumentos salariais de 3%.

A proposta sindical foi baseada na inflação e nos ganhos da economia, de que as IC também foram beneficiárias, como se comprovou nos sinais de grande recuperação que tinham vindo a dar, perceptível nos resultados apresentados.

Como resposta recebemos uma contraproposta das IC de uns míseros 0,4%, valor inaceitável por parte da Febase face à conjuntura atual do setor, em clara fase de recuperação.

Se é verdade que a situação do setor ainda não é a melhor, está no entanto a superar o período de crise pelo qual passou.

O Grupo Negociador das Instituições de Crédito (GNIC) surpreendeu-nos com a sua postura fixada nos valores apresentados, sem dar quaisquer sinais que evidenciassem predisposição para evoluir na proposta, antes pelo contrário, afirmando que a mesma estava justificada na sua fundamentação.

Com a proposta de 0,4%, o GNIC argumentou que os encargos seriam bastante superiores e acrescido de pretensos 0,8% da massa salarial.

Tivemos oportunidade de referir e deixar claras as nossas dúvidas, que se transformaram em divergência sobre o valor da massa salarial, na medida que este valor não é equitativamente distribuído por todas as IC e trabalhadores.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REVISÃO DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

O Acordo

O processo de negociação da tabela salarial e cláusulas de expressão pecuniária do ACT do setor bancário, que se arrastou desde fevereiro, chegou ao fim em finais de novembro, com um aumento diferenciado por níveis.

O GNIC, que representa as principais instituições bancárias, fechou-se teimosamente na sua concha, não se dispoñdo a evoluir da sua posição de não aumentar justamente todos os trabalhadores e reformados.

Em 30 de novembro de 2018 recebemos do Grupo Negociador uma proposta de aumentos da tabela salarial diferenciados em função dos níveis de retribuição. Aumentos salariais que ficavam muito aquém das expectativas dos trabalhadores e dos Sindicatos da Fbase, que sempre pugnaram por uma tabela mais justa e com aumentos uniformes para todos os trabalhadores do setor.

O SBSI frisou às instituições que a sua primeira responsabilidade social é para com os seus trabalhadores, ativos e reformados, pelo que convidou as IC a repensarem os aumentos salariais futuros de forma a restituírem as penalizações no poder de compra sofridas nos últimos anos.

Aumentos negociados

O aumento percentual da tabela salarial é consoante os níveis. Assim:

nível 1 – 13,21%;

nível 2 – 4,65%;

nível 3 a 6 – 1,50%;

nível 7 a 9 – 1,00%;

nível 10 a 12 – 0,75%;

nível 13 e 14 – 0,50%;

nível 15 a 18 – 0,25%.

O subsídio de almoço teve um aumento de 3,60% – passando a ser de 9,50€ – e foi criado o subsídio de Nascimento, com um valor de 750,00€.

Todos os aumentos foram retroativos a janeiro de 2018 e pagos já em janeiro de 2019 ou em data posterior, consoante a data de processamento dos vencimentos em cada instituição.

O Sindicato aceitou esta proposta de aumentos da tabela salarial nos pressupostos de que se estava a esgotar o tempo de negociação e, como tal, era impensável protelar por mais tempo o processo negocial.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REVISÃO DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

O Acordo

O SBSI só entendeu e aceitou os aumentos salariais diferenciados em função dos níveis de retribuição pelo facto de o setor bancário estar a atravessar uma época de transição da crise que o afetou e por se tratar de um ano de consolidação das contas de todas as Instituições de Crédito, sem exceção.

CGD

Administração denuncia AE

O SBSI só entendeu e aceitou os aumentos salariais diferenciados em função dos níveis de retribuição pelo facto de o setor bancário estar a atravessar uma época de transição da crise que o afetou e por se tratar de um ano de consolidação das contas de todas as Instituições de Crédito, sem exceção.

A administração da CGD, não satisfeita com a sua política de encerramento dos balcões e deixando desprotegidos os clientes, apostou num novo ataque aos seus trabalhadores, denunciando o Acordo de Empresa (AE) com o objetivo de retirar direitos há muito consagrados.

Entre os direitos que a administração quer destruir, salienta-se:

- A carreira profissional;
- As promoções por antiguidade e mérito;
- Os prémios de antiguidade;
- As anuidades;
- O acesso direto ao crédito à habitação.

A Administração na CGD quer ser mais papista que o Papa, ou seja, quer retirar aos seus trabalhadores direitos que os outros bancos não ousam questionar.

O SBSI analisou a proposta da CGD e preparou uma contraproposta que salvaguarda os direitos dos trabalhadores da CGD.

CGD prossegue plano estratégico

Em reunião com a administração da CGD no dia 19 de fevereiro, debatemos as consequências para os trabalhadores da implementação do plano estratégico.

Na reunião, fomos informados de que a CGD estava apostada em cumprir o plano estratégico. Assim, pretende prosseguir a sua política de rescisões por mútuo acordo (RMA) e reformas antecipadas, bem como de encerramento de balcões.

No entanto, asseguraram-nos que não haverá despedimentos: os trabalhadores dos balcões a fechar serão colocados noutros que estejam próximos ou na sua área de residência.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REVISÃO DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

CGD

Administração denuncia AE

No que diz respeito às RMA, a CGD vai adotar normas semelhantes às de 2017 relativamente a datas e benefícios complementares, com alguns ajustamentos.

Também sobre a polémica da não contagem da antiguidade para efeitos de promoções, a administração manteve a sua posição, argumentando que se baseava num parecer do Ministério das Finanças.

Aumento salarial

Os sindicatos e a administração da Caixa chegaram a um acordo de princípio na revisão salarial de 2018, com um aumento na tabela de 0,75% (num mínimo de 18€) e cujo pagamento foi feito em dezembro.

O aumento salarial acordado, com efeito a 1 de janeiro de 2018, representou uma taxa média ponderada de aumento da tabela de 1,15%.

O acordo de revisão salarial entre a Febase e a CGD incluiu ainda alterações em cláusulas de expressão pecuniária, como diuturnidades tipo A, abono para falhas, subsídio de refeição, subsídio de apoio ao nascimento/adoção, subsídio a trabalhador estudante e subsídio infantil. O valor máximo do crédito à habitação e a indemnização por morte em acidente de trabalho ou deslocação em serviço também beneficiaram de alterações.

Novo Banco

Isenções de horário

O SBSI manifestou o seu desacordo em relação às medidas em curso no Novo Banco por causa do novo regime de isenção de horário de trabalho.

Assim colocámos, por escrito, ao Novo Banco, que continuou a entender que as alterações ao regime jurídico da isenção de horário de trabalho introduzidas na última revisão do ACT não impõem minimamente a leitura e a conclusão de que tenham de ser alterados ou substituídos os acordos anteriormente celebrados por qualquer trabalhador em relação à isenção de horário de trabalho.

Solicitada reunião de urgência

Os Sindicatos foram surpreendidos por notícias preocupantes, que davam conta da decisão do Novo Banco de encerrar mais 55 balcões e promover a saída de cerca de 400 trabalhadores.

Em carta dirigida a António Ramalho, os Sindicatos estranham que “uma decisão com contornos e consequências tão drásticas e perniciosas para os trabalhadores não tenha sido precedida de contactos ou reuniões com os Sindicatos”.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REVISÃO DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

Banco de Portugal

AE do assinado

O Acordo de Empresa (AE) negociado com o Banco de Portugal (BdP) foi assinado pelas partes na reunião realizada no dia 28 de maio, com data prevista para entrar em vigor em 1 de janeiro de 2019.

O BdP procedeu à denúncia do AE, tendo apresentado aos Sindicatos uma proposta global para um novo Acordo. Não se tratou, portanto, apenas de uma negociação do AE que estava em vigor.

Com essa denúncia, o BdP pretendia tão-somente adequar o AE à nova realidade do ACT do setor bancário, pelo que não foi de estranhar que grande parte das alterações propostas derivassem do anteriormente negociado em sede da Associação Portuguesa de Bancos (APB), mas enquadrando as mesmas à realidade da empresa BdP.

Em consequência de tal facto, procedemos ao envio de uma contraproposta que mais não era do que o AE em vigor.

Após inúmeras reuniões, foi possível chegar a um acordo, no qual se conseguiu salvaguardar grande parte do clausulado do AE até então em vigor, em alguns casos apenas para os atuais trabalhadores.

Noutros foi possível melhorar e até introduzir algum clausulado novo com benefícios para os associados da Febase.

As novidades

Em matéria dos SAMS, manteve-se o clausulado que já se encontrava em vigor, tendo sido possível efetuar-se uma melhor clarificação de que "os SAMS destinam-se exclusivamente aos sócios dos sindicatos subscritores do AE ou a não sindicalizados em nenhum outro sindicato do setor ou sócios de sindicatos não subscritores de convenção coletiva de trabalho aplicável" e a criação da contribuição per capita por parte do Banco, mantendo-se em vigor a percentagem de 1,5% para os trabalhadores.

O AE assinado introduziu algum clausulado novo, com benefícios para os associados da Febase. Eis, resumidamente, algumas dessas cláusulas:

- Cargos de Gestão: cláusula nova que clarifica as definições de categorias de gestão, sobretudo a atribuição dos subsídios de função de gestão;
- Avaliação de desempenho: clarifica o método e as condições da avaliação de desempenho, salvaguardando a possibilidade de reclamação por parte do trabalhador, bem como o direito à respetiva resposta a essa reclamação;
- Estágio em caso de mudança de carreira: cláusula nova no AE, permitiu a inclusão do período de estágio para a antiguidade na nova categoria. Estágio que em caso algum poderá exceder 1 ano;

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REVISÃO DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

Banco de Portugal

- Acabou a promoção obrigatória ao fim de seis anos. No entanto, esta mantém-se para os trabalhadores que tenham sido promovidos até à data da publicação deste Acordo;
- Promoções de nível por mérito: aumento das percentagens de 15% do Grupo A para 18,5% na agora Carreira Técnica; e de 10% do Grupo B para 13% na agora Carreira Técnica Operacional;
- Exercício temporário de funções de nível superior: manteve-se o período mínimo (30 dias) em que o trabalhador pode exercer as funções com direito à retribuição, se superior, dando-se a possibilidade de esse período poder ser renovado até 2 vezes por igual período, mediante acordo com o trabalhador;
- Regime especial de prestação de trabalho aos sábados e domingos: trabalho ao sábado e domingo (museu e biblioteca, equipamentos sociais e respetivo apoio), das 9h00 às 20h00, tendo o descanso semanal de coincidir, no mínimo, uma vez com o sábado e o domingo;
- Dispensa de assiduidade: além da véspera de Natal, os trabalhadores estão dispensados de assiduidade no 1.º dia de escola para os filhos que ingressem no 1.º ano da escolaridade obrigatória;
- Retribuição dos trabalhadores de vigilância e segurança: o trabalhador recebia um acréscimo igual a 100% da diferença entre a retribuição do seu nível e a do nível imediatamente superior, passando agora para um valor fixo de 115,59€, (correspondente ao Nível 8). Todos aqueles que auferem valor superior mantêm-no, sendo o mesmo também atualizável;
- Diuturnidades: No valor de 46€; (AE anterior: €41.42);
- Anuidades: Foi possível assegurar a cláusula das Anuidades, que esteve sempre presente na mesa das negociações e cuja pretensão do Banco era a sua eliminação pura e simples, mas só até ao vencimento da próxima diuturnidade;
- Prémio fim de carreira: ao contrário do atual ACT, conseguiu-se que este prémio apenas fosse aplicado aos admitidos após a assinatura do AE:
 - Antiguidade superior a 10 anos e inferior a 15 anos – um mês de RME,
 - Antiguidade igual ou superior a 15 e inferior a 25 anos – mês e meio de RME,
 - Antiguidade igual ou superior a 25 anos – dois meses de RME;
- Prémio de antiguidade: mantém-se tal como estava no AE para os atuais trabalhadores do BdP;
- Subsídio de apoio à natalidade: cláusula nova, atribui um subsídio a todos os trabalhadores no ativo pelo nascimento ou adoção de filhos, no valor de 750,00€;

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REVISÃO DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

Banco de Portugal

- Segurança Social: mantém-se o essencial do AE anterior. Idade da reforma é a definida no Regime Geral da Segurança Social:
 - o Aos 65 anos o trabalhador pode propor e o Banco aceita a cessação do contrato de trabalho, nos termos em vigor;
 - o O trabalhador pode, por acordo, reformar-se aos 60 anos com 35 anos de serviço (mínimos);
 - o Baixa por doença: não pagamento dos primeiros 3 dias de baixa (uniformizar com o que vigora desde 2008 para os trabalhadores admitidos após essa data).

BCP

Banco compromete-se a compensar valores retidos

O Sindicato reuniu-se, no dia 30 de outubro, com o presidente executivo do Millennium bcp.

Este aproveitou a oportunidade para assumir o firme compromisso de iniciar a compensação dos valores retidos aos trabalhadores, afirmando, contudo, não estar ainda decidida a forma como tal será feito.

Ficou também estabelecido o compromisso, por parte do presidente executivo do BCP, de encetar novas reuniões para discussão de outras matérias do superior interesse dos trabalhadores do banco.

Recordando que esta reunião decorreu passado quase um ano sobre a anterior, o SBSI adiantou haver muitos outros temas ainda pendentes de negociação, aguardando que a Comissão Executiva do BCP adote uma postura em consonância com os compromissos assumidos e uma perspetiva de cooperação, reafirmando pugnar pela defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores.

Foram, atempadamente, denunciadas as cláusulas de expressão pecuniária do ACT, bem como foram dirigidos, por várias vezes, pedidos formais de reunião com esse objetivo.

No entanto, estas diligências não obtiveram resposta. Apesar de se ter comprometido a iniciar as negociações no início do ano, o BCP continuou a escudar-se nas alterações havidas ao nível da administração.

Ou seja, apesar do compromisso anterior de iniciar estas negociações e, inclusive, apresentar várias alternativas para a sua solução, a administração refugiou-se na mudança de CEO para protelar este desiderato.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REVISÃO DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

Montepio

Banco compromete-se a aplicar ACT

No dia 17 de setembro reunimo-nos, nas instalações do Montepio Geral, com a administração do banco, para debater a deficiente aplicação do ACT do Grupo.

Os Sindicatos quiseram obter respostas para a resolução de diversas falhas na aplicação da convenção coletiva, nomeadamente: horário de trabalho e trabalho suplementar; avaliação profissional e “apreciação especial”; subsídio de falhas; equidade salarial; distribuição de resultados pelos trabalhadores; promoções por mérito; categorias profissionais e processos de reestruturação.

A administração garantiu que em outubro o banco iria proceder à distribuição de resultados pelos trabalhadores, no cumprimento do disposto na cláusula 4.^a, Anexo IX do ACT.

Também em outubro seriam anunciadas as promoções por mérito, conforme a cláusula 22.^a do ACT.

A administração adiantou ter em curso a preparação do processo de avaliação profissional, em todas as suas componentes, a implementar em 2019.

Do mesmo modo, estava agendado iniciar a “apreciação especial” (cláusula 23.^a), que garante a reavaliação de trabalhadores sem promoções ao fim de cinco anos. O processo terá o envolvimento das várias chefias.

Relativamente às categorias profissionais, ficou o compromisso de em 2019 ser implementado o disposto no ACT.

Quanto ao processo de reestruturação foi-nos garantido que este não implicaria redução de pessoal, pois trata-se de um plano estratégico de reorganização e que oportunamente seria dado a conhecer aos trabalhadores.

Quanto à equidade salarial, foi admitido que já foram dados alguns passos, embora o tema continue em estudo.

Alertámos ainda a administração para o facto de o banco só pagar o subsídio de falhas a um trabalhador por balcão, situação que deve ser corrigida.

BBVA

Garantidos postos de trabalho

Perante as preocupações dos trabalhadores devido à alteração de estatuto da instituição em Portugal – que de banco foi transformada em sucursal – o Sindicato reuniu-se com a administração dia 9 de fevereiro.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REVISÃO DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

BBVA

O objetivo da reunião foi esclarecer a situação dos trabalhadores face à mudança verificada.

A administração do BBVA assegurou ao SBSI que a reestruturação já tinha sido concretizada, pelo que não estava prevista qualquer alteração ao nível do emprego – ou seja, não se perspetivava uma redução de postos de trabalho num futuro próximo.

Foi igualmente garantido que a sucursal em Portugal não tem qualquer pretensão de fazer alterações no que se refere às condições de trabalho ou contratuais.

Primestar

Banco Santander garante postos de trabalho

Em resultado da fusão, por incorporação, do Banco Popular no Banco Santander Totta, os trabalhadores que tinham sido transferidos do Banco Popular para a Recbus (posteriormente Primestar) foram integrados no Banco Santander Totta. A referida integração já estava a operar-se, sendo apresentados aos trabalhadores contratos individuais de trabalho, para que estes ficassem vinculados ao Banco Santander Totta.

Da análise à minuta do contrato de trabalho que foi apresentado aos trabalhadores e dos esclarecimentos obtidos junto dos Recursos Humanos do Banco, verificámos que a sua redação, na generalidade, salvaguarda os direitos dos trabalhadores.

Havia, contudo, situações específicas, relacionadas com as condições individuais de cada um, que foram colocadas pelos próprios trabalhadores.

O Sindicato prestou apoio jurídico a todos os seus sócios relativamente a esta matéria, tendo-se verificado que algumas das questões foram resolvidas através de esclarecimentos individuais que o Banco prestou àqueles que as colocaram.

IFAP

Ex-IFADAP

A Direção do SBSI e a administração do IFAP reuniram-se dia 3 de outubro, tendo por objetivo abordar questões relacionadas com a situação dos trabalhadores do ex-IFADAP, que preocupavam o Sindicato.

O SBSI referiu que os trabalhadores do ex-IFADAP detiveram um estatuto que lhes foi retirado por um diploma legal, considerando necessário encontrar uma forma de repor minimamente a situação.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REVISÃO DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

IFAP

Nesse sentido, a Administração adiantou ter em estudo uma solução para apresentar à tutela, que implicaria a alteração da natureza do IFAP com a sua passagem para o setor empresarial do Estado – depois do que poderia, assim, negociar com os Sindicatos condições de trabalho diversas daquelas a que estão obrigados.

Relativamente às diuturnidades (vencidas durante o período dos congelamentos salariais e até à entrada em vigor do DL n.º 19/13), o IFAP informou que em junho tinha pedido um parecer à Direção-Geral da Administração Pública sobre o tema, cuja resposta aguardava.

Banco CTT

Sindicatos querem convenção coletiva

A reunião entre os Sindicatos e o Banco CTT começou com uma breve dissertação da Administração sobre o estado da instituição, com especial enfoque nos prejuízos apresentados.

A administração referiu ainda o facto de o banco ser uma organização muito recente e não poder ser afastada do contexto dos CTT, além ter um quadro de pessoal de cerca de 200 trabalhadores.

Deu-se então início à discussão sobre a possibilidade de o Banco subscrever um Instrumento Regulamentação Coletivo de Trabalho, tendo as partes fundamentado as suas posições.

Face ao que foi exposto, a Administração solicitou algum tempo para reanalisar a sua posição, tendo em vista um compromisso futuro.

Reformas

Cálculo das reformas no setor

Algumas instituições de crédito (IC) têm estado a proceder erradamente ao cálculo da pensão de reforma da Segurança Social, no caso dos trabalhadores que prestaram serviço fora do setor bancário ou descontaram, alternadamente, para o regime geral.

Face a esta situação, os Sindicatos recorreram aos tribunais para que a legalidade fosse reposta.

Na sequência dos processos judiciais interpostos pelos Sindicatos a nível nacional, foi reconhecido pelo Supremo Tribunal de Justiça o princípio da proporcionalidade direta (ou da regra de três simples) no pagamento dessas reformas.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.2. Contratação Coletiva

■ REVISÃO DAS CONVENÇÕES COLETIVAS DE TRABALHO

Reformas

Reposição

Assim, impôs-se uma revisão da metodologia do pagamento da reforma, aplicando-se a tese que mereceu aprovação pelo Supremo Tribunal de Justiça e já transitou em julgado.

Considerando não haver nenhum motivo atendível para que os bancos continuassem a pagar aos trabalhadores naquelas situações a mensalidade de reforma deduzindo-lhe um valor consideravelmente superior ao que resulta da aplicação da proporcionalidade direta, os Sindicatos contactaram as IC, reclamando a correta aplicação da fórmula, conforme decisão judicial.

Prémio de antiguidade

Tribunal da Relação de Lisboa dá razão ao SBSI

Em ação interposta por um sócio do SBSI contra o Novo Banco, patrocinada pelos serviços jurídicos do Sindicato, entendeu o Tribunal da Relação de Lisboa, revogando a sentença da 1.ª Instância, que o prémio de antiguidade que constava do ACT substituído pelo de 2016 deve ser pago tendo em conta todos os anos de serviço prestados e não, como entendiam os bancos, na proporção pelos anos prestados por cada período.

Entendeu o SBSI, desde sempre, que a disposição da cláusula 121.ª do ACT celebrado entre os Sindicatos e a banca deve ser interpretada no sentido de que os anos relevantes – para o pagamento do prémio dos 15 anos, dos 25 anos e dos 30 anos – são a totalidade de anos decorridos desde a admissão, por trabalhador, na entidade patronal outorgante do acordo, até ao número de anos de efetivo e bom serviço prestados à data da entrada em vigor do referido ACT, respeitando-se, assim, a proporção direta de $x/15$, $x/25$, $x/30$.

Esta tese mereceu o acolhimento da Instância Superior de Lisboa, que, concordando com a interpretação do Sindicato, decidiu de acordo com a cláusula 150.ª do ACT outorgado pelas mesmas instituições e pelo SBSI, entretanto substituído, e da cláusula 121.ª do atual ACT, para efeitos de determinação do prémio de antiguidade, o cálculo a efetuar, em termos matemáticos, atém-se a uma mera regra de três simples que deverá considerar a totalidade dos anos desde a admissão do trabalhador até à data da entrada em vigor do ACT e com referência ao escalão seguinte.

Ação pendente

Relembre-se que, sobre esta matéria, se encontra pendente ação de interpretação das cláusulas em causa, intentada pelos bancos, e que o SBSI juntará a esse processo esta decisão, que, de acordo com a interpretação dos serviços jurídicos do Sindicato, abarca, na plenitude, a interpretação correta e decisiva para o pagamento, aos bancários, do prémio de antiguidade em conformidade com o decidido e sempre defendido.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.3. Sindicalização

Apesar de se ter verificado um ligeiro abrandamento na política de emagrecimento no quadro de pessoal na generalidade dos bancos, a contratação de trabalhadores para o setor bancário faz-se a conta gotas, sendo manifestamente insuficiente para compensar as saídas por via das RMA's, assim como por via das saídas naturais. Do outro lado os bancos continuam a reduzir custos, porque as margens de lucro são cada vez menores, incidindo na sua esmagadora maioria no quadro de pessoal.

A sociedade encontra-se em constante evolução, e como é do nosso conhecimento, estamos num setor altamente competitivo, com a obrigatoriedade de disponibilizar aos seus clientes o recurso às novas ferramentas eletrónicas. A banca está a fazer uma aposta fincada no recurso às novas tecnologias, estas ferramentas facilitam imenso o trabalho dos seus utilizadores, com grande adesão por parte da população, nomeadamente as gerações mais novas.

O aparecimento das Fintech a operar no mercado, com a capacidade de oferecer serviços móveis praticamente sem custos para os clientes, os meios de pagamento eletrónicos com adesão massiva, que segundo as estatísticas irão desviar uma percentagem significativa do negócio bancário, assim como a aposta da banca na área digital, ditarão a curto/médio prazo uma redução de efetivos na banca.

Pese embora toda a conjuntura desfavorável, temos focado a nossa atividade em diferentes áreas geográficas, com vista a captação de novos associados e manutenção dos atuais.

A sindicalização desenvolveu o seu enfoque essencialmente num sindicalismo de proximidade, os vários elementos que compõem o pelouro acompanharam as delegações de empresa e regionais efetuando visitas aos locais de trabalho.

Desta forma continuou-se a privilegiar uma política de proximidade junto dos nossos associados e restantes colegas, divulgando a ação sindical do SBSI, bem como o nosso sistema de saúde.

Durante o ano, o Pelouro da Sindicalização faz o acompanhamento dos novos bancários que entram no setor, apresentado os benefícios inerentes ao sistema de saúde, assim como os benefícios de estar associado. Esta prática tem sido muito bem acolhida pelos novos colegas que desconhecem a nossa realidade, até pelos restantes colegas que elogiam a nossa pro-atividade.

O BNPP, continua a ser a instituição com maior enfoque, fruto da contratação mensal de novos trabalhadores, há necessidade de quinzenalmente efetuar sessões de apresentação do SAMS, e captar novos associados. Com a assinatura do AE, o BNPP iniciou um processo de contratação em Portugal, prevendo que o grupo atinja 8000 colaboradores, inclusive já se estenderam a outras áreas geográficas do país, mas estão fora do nosso âmbito geográfico.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.4. Informação

Numa sociedade cada vez mais mediatizada, a comunicação é a melhor forma de transmitir a mensagem sindical e contrapor a verdade à imagem deturpada transmitida à opinião pública por certas instituições e opinion makers.

Consciente desse desígnio e das alterações profundas na sociedade e no acesso à comunicação, o Pelouro de Informação o SBSI prossegue o objetivo nunca acabado de prestar aos associados uma informação cada vez melhor e de acesso mais fácil e eficaz, multiplicando os meios para chegar aos sócios.

A informação do Sindicato aos seus associados processa-se através das revistas “O Bancário” e “Febase”, do sítio na Internet, da Newsletter, e do envio de mailing list através do Ligue-se @ nós.

■ Revista

A revista “O Bancário” tem periodicidade mensal e dez edições anuais. Não se publica em agosto e dezembro. É distribuída gratuitamente aos sócios por correio ou via email, estando ainda disponível online no portal do SBSI.

“O Bancário” é dedicado essencialmente às atividades que desenvolvemos, nomeadamente no que se refere ao SAMS, tempos livres ou formação.

As iniciativas das Comissões – GRAM, Juventude e Quadros e Técnicos – merecem também destaque noticioso, sendo difundidas em páginas próprias.

Em 2018 os conteúdos da revista refletiram as principais preocupações dos bancários, relatando os conflitos no setor e dando conta do trabalho sindical desenvolvido.

Os passos para a concretização do sindicato único e a Assembleia Geral referendária, na qual os sócios pronunciaram-se favoravelmente à integração do SBSI na futura organização sindical de âmbito nacional, marcaram igualmente o ano informativo.

Ao longo do último ano, a preocupação e o empenho no enriquecimento da revista ao nível dos conteúdos foi uma constante, procurando-se diversificar os temas e os ângulos de abordagem, sem perder a perspetiva crítica que se impõe numa revista de carácter sindical.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.4. Informação

■ Portais do SBSI / SAMS

O SBSI tem-se esforçado para acompanhar a evolução permanente da comunicação, quer a nível técnico quer de conteúdos, um compromisso sempre presente. É o caso da plataforma digital, inaugurada em 2013 e em permanente atualização, quer de conteúdos quer de imagem.

Dividido em três grandes áreas – Atividade Sindical, SAMS e Ligue-se @ nós – o site coloca aos dispor dos sócios um conjunto de funcionalidades que visam um contacto mais cómodo e fácil com os serviços do Sindicato, dos eventos em cada Secção Sindical à marcação de consultas ou ao consultório jurídico.

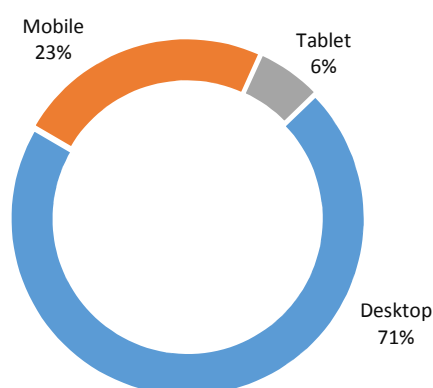
Na plataforma, os associados encontram disponível toda a informação da atividade sindical do SBSI, da negociação coletiva às reuniões com trabalhadores, às ações de formação e às iniciativas das Comissões e dos Tempos Livres.

Desde 2016 tem havido uma maior atenção à imagem, com um reforço na utilização de vídeos e da galeria de imagens. São exemplos os encontro anuais do GRAM, as atividades da Comissão de Juventude ou os concertos de Coros Bancários. E em 2018 foi feita uma atualização visual do site, tornando-o mais apelativo e de fácil consulta.

Além de textos com a atualidade, qualidade e rigor informativo que sempre foram a marca distintiva do SBSI, o site disponibiliza também dados sobre as convenções coletivas em vigor, o Parque de Campismo, o Centro de Férias, bem como a inscrição em iniciativas de lazer.

No gráfico seguinte são apresentadas as percentagens por dispositivo de acesso aos portais do SBSI:

Dispositivos de Acesso



I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.4. Informação

■ ‘Ligue-se @ nós’

O Sindicato continua a dinamizar a campanha “Ligue-se @ nós”, cujo objetivo é privilegiar o contacto direto com os associados. Esta nova forma de comunicação tem registado uma crescente adesão, atingindo os 25.823 sócios contactáveis por e-mail no final de 2018.

Através de e-mail, o SBSI envia aos sócios registados os comunicados sobre o que se passa no seu banco, alerta para novas notícias inseridas no site do Sindicato e divulga uma série de informação de interesse, nomeadamente nas áreas da Contratação Coletiva, Formação, GRAM, Juventude ou Tempos Livres.

■ Newsletter

A Newsletter, que lançámos no final de 2014, é uma aposta ganha. Com periodicidade quinzenal, leva aos associados registados na mailing list as últimas notícias difundidas através do site e que, por algum motivo, poderão não ter chegado ao seu conhecimento.

Esta forma de comunicação privilegia a comodidade, facilita a leitura e fortalece o elo de ligação entre o Sindicato e os sócios.

■ Facebook

Em outubro de 2018 o Sindicato cumpriu mais um objetivo na área informativa ao aderir à rede social Facebook.

Este é mais um meio de informar os associados, permitindo-lhes aceder às principais notícias da atividade sindical enquanto navegam na Internet.

A presença no Facebook foi muito bem recebida pelos bancários, como se prova pelo número de amigos da página do SBSI.

■ Mensagem de aniversário

No dia do seu aniversário, cada associado recebe uma mensagem do Sindicato, desejando-lhe os parabéns e um dia feliz. Esta é uma forma singela de homenagear e simultaneamente agradecer a todos, de forma individual, a participação nesta grande família que é o SBSI.

Cada ano com uma imagem nova, a mensagem de parabéns é enviada por e-mail, SMS ou correio e tem sido recebida com satisfação pelos associados, como se verifica pela quantidade de respostas positivas chegadas ao Sindicato.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.1. AÇÃO SINDICAL

2.1.5. Globalização e Cooperação

■ NO ÂMBITO DA UGT – UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES

A manifestação do 1º de Maio que em 2018 se realizou em Figueiró dos Vinhos, teve a colaboração ativa do Sindicato na sua organização, traduzida, também, na participação dos bancários que se deslocaram das áreas sindicais de Lisboa, Castelo Branco e Portimão, em transportes organizados pelo Sindicato.

Os representantes eleitos e designados nos órgãos da Central colaboraram, de forma empenhada, nas iniciativas desenvolvidas a nível nacional, nomeadamente no Secretariado Nacional e Conselho Geral e internacional, com vista ao estreitamento das relações da solidariedade, quer a nível europeu, quer mundial, como forma de melhor compreender e combater os problemas comuns que os trabalhadores, a nível global, enfrentam.

■ ATIVIDADE INTERNACIONAL

À semelhança do que tem acontecido nos anos anteriores, o SBSI acompanhou a atividade da UNI, sempre numa perspetiva de partilha de conhecimentos contribuindo para o fortalecimento do movimento sindical europeu.

A divulgação da nossa experiência pós troika, suscitou grande interesse em todas as organizações internacionais que integramos como parceiros, reafirmando a nossa presença e representatividade. A prova de tudo isto, foi a Conferência por nós organizada em Portugal, a 25 de setembro sobre o lema “Emprego Depois da Crise”, com a presença do Secretário de Estado do Emprego, Miguel Cabrita e uma grande participação internacional com representantes de Espanha, Malta, Itália, França, Chipre e Turquia.

Em novembro o SBSI organizou o encontro anual da UNIMED-Finance com mais uma Conferência Internacional sobre a Digitalização “Digitalization – What About Us”, tema que teve não só uma grande participação nacional, como internacional tendo contado com representantes de vários sindicatos internacionais bem como representantes da Uni Finance.

Portugal também foi escolhido para fazer parte do projeto Welfare System in Trade Unions of Finance and Metal Sectors, tendo-se realizado a primeira reunião em Lisboa, em novembro, na sede do Sindicato, estando prevista a continuação do projeto ao longo de 2019.

O SBSI participou no 5 th Uni Global Union em Liverpool, sob o lema “Making It Happen”. Participámos ainda no Congresso da Fabi e na Conferência “Working Time Conference – Time to Unite” da Uni Europa Finance, em Viena.

Estivemos presentes ainda nas reuniões semestrais da UNI Europa e da UNI Europa Finance, que decorreram em Viena e Bruxelas.

A UNIMED, que o SBSI integra, reuniu-se em Roma e em Portugal como já referido e voltará a reunir-se, na Grécia em 2019, cumprindo a rotatividade subjacente ao projeto e procurando a equiparação das relações de trabalho nas instituições financeiras – banca e seguros – presentes no sul da Europa, no norte de África e no Médio Oriente.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.1. Centro de Férias e Formação

O número de dormidas por número de utentes aumentou em 2018 em 613 relativamente ao ano de 2017. A taxa de ocupação anual, que resulta do potencial calculado a partir do quarto duplo, também aumentou em termos homólogos, passando de 33,7%, em 2017, para 36,3%, no exercício findo.

PERÍODO	2018		2017	2016	Variação (%)	
	Nº	Ocupação (%)			Nº	Nº
1º trim	940	16,0	925	1.218	1,6	-24,1
2º trim	1.747	30,0	1.935	1.887	-9,7	2,5
3º trim	4.892	74,6	4.013	4.306	21,9	-6,8
4º trim	907	15,1	1.000	925	-9,3	8,1
TOTAL	8.486	36,3	7.873	8.336	7,8	-5,6

Os 2º e 4º trimestres de 2018 obtiveram uma variação negativa em relação a 2017, de 9,7% e 9,3% respetivamente. De salientar o aumento de 21,9% no número de utentes no 3º trimestre comparativamente com o período transato que foi bastante influenciado pelos fortes incêndios ocorridos na região em 2017.

2.2.2. Parque de Campismo e Caravanismo

O número de utentes do Parque de Campismo, em 2018, relativamente ao ano anterior, aumentou em cerca de 6,6%.

PAÍS DE ORIGEM					2018		2017	2016	Variação (%)	
	1º trim	2º trim	3º trim	4º trim	Total	(%)			Total	Total
Portugal	496	2.044	7.504	630	10.674	33,0	10.940	10.406	-2,4	5,1
Alemanha	692	1.086	1.039	591	3.408	10,5	3.229	2.624	5,5	23,1
Bélgica	167	139	170	133	609	1,9	655	687	-7,0	-4,7
Espanha	300	522	3.592	213	4.627	14,3	4.520	4.215	2,4	7,2
França	1.497	1.583	2.500	886	6.466	20,0	6.561	6.630	-1,4	-1,0
Holanda	258	466	326	272	1.322	4,1	1.309	1.215	1,0	7,7
Noruega	142	33	37	65	277	0,9	295	289	-6,1	2,1
Inglaterra	659	397	387	545	1.988	6,1	2.261	2.212	-12,1	2,2
Suécia	145	52	31	166	394	1,2	434	423	-9,2	2,6
Outros	401	675	1.111	394	2.581	8,0	2.605	2.066	-0,9	26,1
TOTAL	4.757	6.997	16.697	3.895	32.346	100,0	32.809	30.767	-1,4	6,6
% do total anual	14,7	21,6	51,6	12,0	100,0					

Os portugueses continuaram a ser os principais frequentadores do Parque, com 33% do total das entradas. Dos estrangeiros, o principal cliente foi a França, seguido de Espanha, Alemanha e Inglaterra.

O 3º trimestre foi o período de maior densidade de ocupação, com uma concentração de 51,6% do total anual. Entre os estrangeiros, salvo Espanha e França, a distribuição dos utentes ao longo do ano mostra que, em média, a procura é mais forte na época baixa.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.2. Parque de Campismo e Caravanismo

O tempo de permanência de utentes no Parque de Campismo é muito variável, sendo a taxa média de permanência de 6 dias. A nacionalidade que apresenta estadias mais prolongadas é a sueca (13,5 dias), seguida da norueguesa (13,2 dias) e da inglesa (12,4 dias).

PAÍS DE ORIGEM	2018	2017 Total	2016 Total	Variação (%)	
	Total			18/17	17/16
Portugal	5,7	6,0	6,0	-6,0	-0,2
Alemanha	5,3	4,9	5,5	7,5	-11,1
Bélgica	10,4	10,2	11,1	2,1	-8,1
Espanha	2,6	2,9	3,0	-10,2	-3,4
França	6,8	6,9	6,3	-1,2	8,8
Holanda	6,6	7,0	6,5	-5,1	7,3
Noruega	13,2	12,2	12,8	7,9	-4,4
Inglaterra	12,4	11,7	11,9	6,6	-2,1
Suécia	13,5	12,6	13,7	6,9	-7,4
Outros	3,9	3,8	4,5	1,7	-15,4
TOTAL	6,0	6,1	6,3	-2,6	-2,0

Com um total de 193.188 dormidas registadas em 2018, resultou numa diminuição de 4% comparativamente a 2017. As dormidas de utentes nacionais fixaram-se em 60.514 (-8,3%), correspondendo a 31,3% do total. De salientar que referente às dormidas de utentes estrangeiros, o principal cliente foi a França com 22,7%, com um decréscimo de 2,6 % relativamente a 2017.

PAÍS DE ORIGEM	2018		2017 Total	2016 Total	Variação (%)	
	Total	(%)			18/17	17/16
Portugal	60.514	31,3	65.996	62.871	-8,3	5,0
Alemanha	18.010	9,3	15.872	14.505	13,5	9,4
Bélgica	6.350	3,3	6.692	7.638	-5,1	-12,4
Espanha	12.027	6,2	13.079	12.632	-8,0	3,5
França	43.809	22,7	44.992	41.778	-2,6	7,7
Holanda	8.717	4,5	9.098	7.870	-4,2	15,6
Noruega	3.655	1,9	3.607	3.695	1,3	-2,4
Inglaterra	24.735	12,8	26.397	26.377	-6,3	0,1
Suécia	5.327	2,8	5.489	5.778	-3,0	-5,0
Outros	10.044	5,2	9.965	9.346	0,8	6,6
TOTAL	193.188	100,0	201.187	192.490	-4,0	4,5
% do total anual	100,0					

A promoção do Parque de Campismo, no país e no estrangeiro, concretizou-se através dos canais habituais. Privilegiou-se a imprensa da especialidade, os roteiros campistas e a via eletrónica.

A divulgação fez-se também através da distribuição de folhetos do parque em feiras realizadas em Portugal (FIL-Nauticampo), Inglaterra (Birmingham), Holanda (Utrecht e Leeuwarden) e na Alemanha (Estugarda, Munique, Nuremberga e Dusseldorf).

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.3. Contratação de Serviços de Lazer

Este ponto abrange os serviços que o SBSI proporciona aos seus associados, relacionados com férias e lazer, designadamente viagens e aluguer de apartamentos.

■ PASSEIOS TURÍSTICOS

Em 2018 foram organizados programas de viagens e passeios, tendo como destino vários locais de Portugal e do estrangeiro. Participaram nestas iniciativas 870 pessoas entre sócios e seus familiares.

De salientar a forte adesão nas viagens organizadas pelo Pelouro dos Tempos Livres.

ÓRGÃO DA ESTRUTURA	2018	2017	2016	Variação (%)	
	Nº	Nº	Nº	18/17	17/16
Pelouro Tempos Livres	379	301	335	25,9	-10,1
GRAM	277	233	166	18,9	40,4
Secção Reformados	214	321	277	-33,3	15,9
Total	870	855	778	11,5	46,1

■ ALUGUER DE APARTAMENTOS

Em 2018 foram disponibilizados 18 apartamentos, os mesmos que no ano anterior. A época alta foi a mais procurada, atingindo-se elevados índices de ocupação nos meses tradicionais de férias.

APARTAMENTOS	2018		2017		2016		Variação (%)			
	Nº de Apart.	Nº de pessoas	Nº de Apart.	Nº de pessoas	Nº de Apart.	Nº de pessoas	18/17	17/16	18/17	17/16
Guadiana	3	225	3	208	3	272	0,0	8,2	0,0	-23,5
Calema	2	232	2	260	2	232	0,0	-10,8	0,0	12,1
Real Lota	2	224	2	224	2	152	0,0	0,0	0,0	47,4
Alagoa Mar I	3	238	3	356	3	272	0,0	-33,1	0,0	30,9
Alturamar	1	88	1	64	1	128	0,0	37,5	0,0	-50,0
Cabanas Park	-	-	-	-	3	267	-	-	-100,0	-100,0
Ocean Terrace	3	246	3	263	3	221	0,0	-6,5	0,0	19,0
Katavento	4	234	4	320	4	300	0,0	-26,9	0,0	6,7
Clube Maria Luísa	-	-	-	-	1	120	-	-	-100,0	-100,0
TOTAL	18	1.487	18	1.695	22	1.964	0,0	-12,3	-18,2	-13,7

Foram emitidos em 2018, 366 vouchers, inferior aos 386 vouchers emitidos em 2017, correspondendo a uma ocupação total de 1.487 pessoas, número inferior às 1.695 pessoas registadas em 2017. Cada apartamento hospedou, em média, cerca de 83 pessoas.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.3. Contratação de Serviços de Lazer

O Sindicato proporcionou ainda aos seus sócios e familiares, a possibilidade de usufruírem do alojamento em estabelecimentos hoteleiros, a preços reduzidos, em resultado dos acordos estabelecidos para a concessão de descontos. Os protocolos contemplavam mais de meia centena de unidades hoteleiras, variando os descontos entre 10% e 40%.

2.2.4. Colónias de Férias

Efectuou-se, em 2018 (21 de julho a 04 de agosto), uma Colónia de Férias dedicada aos filhos dos sócios do SBSI, no concelho de Proença-a-Nova, envolvendo 35 crianças e jovens dos 8 aos 17 anos, em contexto de turismo rural, servido por praias fluviais. A organização esteve a cargo da Associação Jovens Seguros do STAS – Sindicato dos Trabalhadores da Atividade Seguradora.

O SBSI organizou pelo 18º ano consecutivo, num colégio tradicional situado em Inglaterra, um curso de Verão destinado aos filhos dos sócios, que teve a participação de 25 jovens com idades entre os 13 e os 17 anos. A ação decorreu entre 29 de julho e 12 de agosto e reuniu jovens de vários países, proporcionando aos participantes convívio, enriquecimento cultural e o aperfeiçoamento da língua inglesa.

2.2.5. Atividades Socioculturais

Da atividade desenvolvida em 2018, destacam-se as seguintes atividades:

- 15º Concerto de Coros Bancários de Reis, 4º Concerto de Primavera e o 26º Encontro de Coros Bancários;
- ‘Convívios com Arte’:
 - o Museu do Dinheiro / Banco de Portugal - Lisboa;
 - o Museu Militar - Lisboa;
 - o Jardins e Chalet Condessa D’Edla - Sintra;
 - o Castelo de Palmela – Palmela (incluiu almoço e transporte);
 - o Aqueduto das Águas Livres - Lisboa;
 - o Casa Verdades de Faria – Museu da Música Portuguesa – Monte Estoril;
 - o Museu e Estádio do Sporting - Lisboa;
 - o Museu Nacional da História Natural e Jardim Botânico - Lisboa;
 - o Coleção do museu dos Coches - Lisboa;
- Cursos de valorização artística, formação temática e formação para a juventude.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.5. Atividades Socioculturais

■ GRAM

O GRAM-Grupo de Ação de Mulheres implementou ao longo de 2018 o seu plano de atividades de uma forma dinâmica, interativa e participativa. Desenvolveu um conjunto de atividades tendo em conta o seu contexto e os constantes desafios que surgem, promovendo a igualdade de género, a conciliação entre a vida profissional e familiar e tendo sempre presente a sua relação com o mundo laboral.

Foi dada primazia à sensibilização e consciencialização de problemáticas relacionadas com a parentalidade, igualdade de género, através de abordagens multidisciplinares como workshops, debates e seminários.

Os Núcleos constituem um importante órgão consultivo de apoio ao GRAM, apresentando, e desenvolvendo propostas e auxiliando na organização e realização de múltiplas atividades. Constituem, igualmente, um fundamental elo de ligação e comunicação com os colegas que estão no local de trabalho, transmitindo-nos problemas e anseios, assim como as alterações que têm sido introduzidas pelas entidades patronais e, não menos importante, promovendo as atividades desenvolvidas pelo Sindicato.

Nesse sentido, foram realizadas 2 reuniões de Núcleos em Ferreira do Zêzere. Foram desenvolvidas atividades em algumas regiões, promovendo a relação das associadas com o Sindicato através de convívio, partilha de experiências e grupos específicos sobre determinadas temáticas, assim:

- Núcleo Castelo Branco
- Núcleo Ponta Delgada
- Núcleo Angra
- Núcleo de Setúbal
- Núcleo do Funchal

Os Cursos de Valorização Cultural e Artística têm merecido, por parte do GRAM, uma especial atenção, uma vez que permite aos associados e respetivos familiares desenvolverem competências no domínio das artes e da valorização pessoal.

Em 2018 manteve-se uma ampla e diversificada oferta, de forma a responder aos associados e abranger o maior número de participantes. O trabalho dos formandos culminou com a exposição das obras realizadas em junho.

No seguimento de atividades iniciadas em anos anteriores, o GRAM complementou a componente formativa com visitas temáticas.

O GRAM, em 2018, organizou e promoveu diversas iniciativas, tais como:

- Encontro Anual do GRAM, com o tema “ Para Além do Género “ Parentalidade e Igualdade, na Costa de Caparica;
- Laboratório Gestão de Emoções II;
- Exposição dos trabalhos realizados nos Cursos de Valorização Cultural e Artística, na sede do nosso Sindicato em junho;
- Dia Internacional da Mulher no Ribatejo;
- Circuitos Culturais e temáticos;
- Circuito Cultural aos Mercados de Natal Viena, Bratislava e Praga.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.5. Atividades Socioculturais

■ GRAM

Ao longo das duas últimas décadas o GRAM proporcionou aos sócios e seus familiares a oportunidade de frequentarem cursos de Valorização Cultural, Artística e Pessoal, lecionados na sede do Sindicato. A vasta gama de oferta de cursos tem por objetivo atingir o máximo de preferências dos nossos associados. A componente formativa é acompanhada e completada com visitas temáticas realizadas ao longo do ano. Em 2018 cumprimos a tradição.

(Unidades de Correspondência)

CURSOS DE ARTE	2018		2017 Nº	2016 Nº	Variação (%)	
	Nº	(%)			18/17	17/16
Aquarela	0	0,0	0	9	-	-100,0
Bordado de Castelo Branco	0	0,0	5	5	-100,0	0,0
Chi Kung	0	0,0	7	11	-100,0	-36,4
Desenho	7	5,7	8	9	-12,5	-11,1
Encadernação	21	17,2	16	21	31,3	-23,8
Pintura em azulejos	0	0,0	9	10	-100,0	-10,0
Pintura em porcelana	6	4,9	4	6	50,0	-33,3
Pintura aquarela, acrílico	8	6,6	5	0	60,0	-
Registos	12	9,8	10	11	20,0	-9,1
Restauro de Livros	5	4,1	5	0	0,0	-
Restauro em madeira	13	10,7	12	11	8,3	9,1
Restauro em louça	30	24,6	25	21	20,0	19,0
Técnicas de pintura	14	11,5	12	15	16,7	-20,0
Vitral	6	4,9	7	7	-14,3	0,0
TOTAL	122	100,0	125	136	-2,4	-8,1

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.5. Atividades Socioculturais

■ COMISSÃO DE JUVENTUDE

A Comissão de Juventude (CJ) desenvolve uma atividade relevante no acompanhamento e apoio à camada mais nova de profissionais do setor, divulgando a mensagem sindical de justiça social e solidariedade e tentando, assim, combater a indiferença dos jovens.

Ao longo de 2018 mantivemos a nossa meta de duplo sentido: refletir para dentro do Sindicato a realidade dos novos bancários e, simultaneamente, dar a conhecer aos jovens a atividade do SBSI.

A Comissão continuou a trabalhar na organização de Núcleos, como forma de trazer mais jovens ao SBSI e incentivar a sua crescente participação e pro-atividade nas atividades promovidas pelo Sindicato.

Nesse sentido, foram realizadas duas reuniões de Núcleos em Ferreira do Zêzere, nas quais participaram cerca de setenta e seis jovens.

A CI realizou um conjunto de ações, entre as quais destacamos:

- Passagem de Ano 2018/19, juntamente com o Pelouro dos Tempos Livres;
- Dia Internacional da Criança, no Jardim Zoológico de Lisboa.
- Campanha de Sensibilização contra as horas extras não remuneradas.

A Comissão de Juventude representou o SBSI em várias iniciativas, nomeadamente:

- Workshops sobre negociação coletiva, promovidos pela CJ da UGT;
- Encontro de Jovens da UGT, na Foz do Arelho;
- Em três reuniões com representantes jovens dos principais partidos políticos, na Assembleia da República;

■ OUTRAS AÇÕES

Também as seções regionais realizaram um conjunto de atividades, das quais se destacam:

- Secção Regional de Castelo Branco - Baile de carnaval e magusto;
- Secção Regional do Funchal – Visita à ilha de S. Miguel (Açores);
- Secção Regional de Portimão – Convívio carnavalesco, passeios a Sevilha, Tavira e Santa Luzia, Setúbal (Golfinhos do Sado), Oceanário de Lisboa, Almodôvar, e ao Centro de Férias e Formação SBSI em Ferreira do Zêzere;
- Secção Regional de Tomar – Exposição de artes plásticas.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.2. AÇÃO SOCIAL, CULTURAL E TEMPOS LIVRES

2.2.6. Atividades Desportivas

Como é tradicional, o desporto ocupou um lugar de relevo no plano de atividades do Sindicato. O futsal, o tiro, a pesca e outras modalidades ligadas ao mar, foram as que mais se destacaram. Em 2018, o SBSI organizou provas em diversas modalidades, às quais concorreram 761 atletas.

A organização das provas, de âmbito nacional, pertenceu, conjuntamente, aos três sindicatos verticais. No SBSI, essa missão coube ao Pelouro dos Tempos Livres, realçando-se a colaboração prestada pela Secção Regional de Setúbal na organização do Campeonato Interbancário de Pesca de Alto Mar (CIPAM).

(Unidades de Correspondência)

MODALIDADES DESPORTIVAS	2018		2017 Nº	2016 Nº	Variação (%)	
	Nº	(%)			18/17	17/16
Torneio de Ténis	70	9,2	72	64	-2,8	12,5
Futsal (TNIFS)	149	19,6	182	250	-18,1	-27,2
Futsal (TNIFS-Vet.)	81	10,6	141	151	-42,6	-6,6
Golfe	19	2,5	20	23	-5,0	-13,0
Tiro	115	15,1	167	135	-31,1	23,7
Karting	38	5,0	20	31	90,0	-35,5
Xadrez	11	1,4	22	17	-50,0	29,4
Pesca de mar	47	6,2	49	51	-4,1	-3,9
Pesca de rio	69	9,1	70	76	-1,4	-7,9
Pesca de alto mar	23	3,0	0	24	-	-100,0
Bowling	36	4,7	39	35	-7,7	11,4
Snooker	34	4,5	25	24	36,0	4,2
King	32	4,2	37	22	-13,5	68,2
Surfcasting	37	4,9	49	59	-24,5	-16,9
TOTAL	761	100,0	893	962	-14,8	-7,2

O futsal continuou a ser a modalidade com maior participação, representando 30,2% do total.

Em 2018 decorreu a 5ª edição das Olimpíadas do SBSI, evento que é organizado de 4 em 4 anos e que reuniu os melhores concorrentes das modalidades do SBSI, culminando com um jantar convívio que serviu também para a entrega dos respetivos troféus. Participaram 203 atletas.

Para além das provas representadas no quadro, realizaram-se outras iniciativas de âmbito mais restrito:

- Ginástica de manutenção, yoga, pilates e jogos de sala, na Secção Regional Castelo Branco;
- Karting e Padel na Secção Regional da Évora;
- Convívios piscatórios e torneio de snooker na Secção Regional do Funchal;
- Jogos de sala e futsal na Secção Regional da Horta;
- Jogos de sala ,convívio piscatório, tiro aos pratos, na Secção Regional de Portalegre;
- Convívios piscatórios, na Secção Regional de Santarém;
- Jogos de sala e convívios piscatórios, na Secção Regional de Tomar.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.3. APOIO JURÍDICO

Durante o ano de 2018, os Serviços Jurídicos continuaram a prestar assistência jurídica e judiciária aos associados e, também, à Direção do Sindicato e demais órgãos sociais e regulamentares.

(Unidades de Correspondência)

APOIO JURÍDICO	2018	2017	2016	Variação (%)	
	Nº	Nº	Nº	18/17	17/16
CONTENCIOSO	719	659	847	9,1	-22,2
Entrevistas concedidas a sócios	688	625	805	10,1	-22,4
Respostas / Notas de culpa	31	34	42	-8,8	-19,0
PRÉ-CONTENCIOSO	2.650	2.650	3.300	0,0	-19,7
Pessoais *	650	650	800	0,0	-18,8
Telefónicas *	2.000	2.000	2.500	0,0	-20,0
INFORMAÇÕES ESCRITAS	944	776	934	21,6	-16,9
Sócios / Instituições / Entidades Oficiais	149	81	87	84,0	-6,9
Informações por mail/fax	795	695	847	14,4	-17,9
PROCESSOS DISCIPLINARES	31	34	42	-8,8	-19,0
PROCESSOS EM TRIBUNAL	161	162	100	-0,6	62,0

* Valores estimados

Relativamente a ações judiciais, intentadas em anos transatos relacionadas com o afastamento do ACT no ex-IFADAP, bem como a integração desses trabalhadores no regime geral da segurança social, continuaram a ser acompanhadas, tendo sido desenvolvidas várias diligências, inclusive judiciais (ainda em curso), no sentido de evitar que quer os trabalhadores reformados do ex- IFADAP quer aqueles que entretanto se vão reformando percam em definitivo o SAMS.

De salientar que foram colocadas, aos Serviços Jurídicos, questões de elevada complexidade, nomeadamente relacionadas com as reestruturações ocorridas nos bancos e as suas consequências nas relações laborais, nomeadamente com reformas antecipadas, rescisões por mútuo acordo, extinções do posto de trabalho e inclusive despedimentos coletivos (de assinalar que relativamente ao despedimento coletivo levado a cabo pelo BBVA e que foi impugnado em tribunal foi obtida sentença favorável aos trabalhadores que representávamos, quer na 1ª instância, quer no Tribunal da Relação), bem como relacionadas com a recente entrada em vigor dos vários instrumentos de regulamentação coletiva vigentes no sector.

Do ponto de vista judicial, para além da referida impugnação judicial do despedimento coletivo no BBVA, destacam-se ações relacionadas com os valores das pensões de reforma da segurança social e da CGA que os trabalhadores bancários reformados têm que entregar aos bancos, relativamente ao tempo de descontos, para aquelas entidades, que lhes foi contado pelos bancos para efeito de reforma (nos casos em que tal contagem aconteceu). Aqui o sucesso destes serviços jurídicos tem sido grande e começou a firmar-se jurisprudência no sentido, defendido pelo sindicato, que deve ser aplicada uma regra de proporcionalidade que leve apenas em linha de conta o tempo que foi contado para efeito de reforma.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.3. APOIO JURÍDICO

Destaca-se ainda a ação relacionada como o calculo do premio de antiguidade (à luz do ACT de 2016) em que o sindicato obteve sucesso, estando a decorrer uma ação intentada pela banca para interpretação da respetiva clausula da convenção coletiva.

Também foi prestado apoio à contratação coletiva, nomeadamente no que respeita à realização de acordos de adesão ao ACT.

Também ao SAMS e à USP tem sido prestada assistência jurídica, nas diversas questões que se colocam nas áreas das suas atribuições, algumas requerendo elevado grau de especialização (aqui se incluem contratos, nomeadamente relativos às instalações e equipamentos do sindicato). Inclui-se, também, o patrocínio judicial nas ações intentadas por trabalhadores contra o sindicato, relacionadas com o normativo legal aplicável, bem como a instrução de processos disciplinares contra trabalhadores do sindicato.

A assistência jurídica aos associados foi, como é norma, prestada através de consultas individuais com os advogados (aqui se incluindo, nomeadamente, consultas presenciais, por escrito, pelo telefone e por email, elaboração de respostas a notas de culpa, consulta de processos individuais e disciplinares e acompanhamento de diligências probatórias, bem como reuniões com bancos e advogados) e, quando necessário, reuniões coletivas com grupos de associados. O número e a relevância das consultas aos associados, que, no geral, sempre têm expressado a sua satisfação pela intervenção dos Serviços Jurídicos, continuou no mesmo ritmo de procura, sendo de realçar a complexidade das questões, em face das aludidas reestruturações e suas consequências, também, ao nível da segurança social dos trabalhadores bancários (fundos de pensões) e compatibilização entre os regimes de segurança social e valores a entregar aos bancos (valores de pensões de reforma recebidos da segurança social relativo a tempo que foi contado pelo banco para a pensão de reforma).

A assistência em processos judiciais inclui a elaboração de todas as peças processuais, reuniões com o associado e deslocações ao tribunal para as necessárias diligências.

De referir, também, que os Serviços Jurídicos emitiram vários pareceres, a pedido do SBSI, relativamente às diversas áreas de atuação do sindicato, bem como relativamente à sua organização e funcionamento, contribuindo para a alteração dos respetivos regulamentos.

De assinalar, ainda o acompanhamento de elementos da Direção a reuniões com as diversas instituições e com trabalhadores. Por último destaca-se a redação periódica de textos no “Bancário”.

Podemos, portanto, afirmar, uma vez mais, que, sem prejuízo do continuado aperfeiçoamento, sempre desejável, a verdade é que os Serviços Jurídicos cumpriram no desempenho das suas tarefas, cumprimento esse claramente espelhado nas estatísticas constantes deste relatório.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.4. FORMAÇÃO

2018 revelou-se, novamente, de grande atividade na área formativa, particularmente para os(as) associados(as) no ativo.

Realizaram-se 16 ações, envolvendo um total de 278 formandos. Merecem particular destaque a oferta de novas temáticas “ Crédito Imobiliário a Consumidores “, “ Crédito Imobiliário, “Proteção de Dados” e “Liderar em Contexto de Mudança “.

Os principais destinatários foram os (as) associados (as) pertencentes às Secções Sindicais de Empresa tendo-se, também, realizado ações em Castelo Branco e Torres Vedras.

Tiveram lugar, ainda, 2 ações para reformados (“ Comunicação Eficaz “ e “ Plano de Ação para a Vida Ativa, que abrangeram 41 formandos.

IDENTIFICAÇÃO DAS AÇÕES	Ações		Formandos	
	2018	2017	2018	2017
FORMAÇÃO PROFISSIONAL	16	23	278	430
Liderar e Motivar equipas	-	1	-	21
Liderar em Contexto de Mudança	2	-	31	-
Crédito Imobiliário a Consumidores	1	-	20	-
Operações e Direito Bancário	1	-	14	-
Proteção de Dados	2	-	44	-
Crédito Imobiliário (3)	2	-	33	-
Gestão do Stress	1	-	20	-
Técnicas de Apresentação	-	2	-	30
A Prevenção Branqueamento de Capitais e do Financiamento ao Terrorismo	1	-	20	-
Comunicação Eficaz I	-	3	-	46
Comunicação Eficaz II	1	2	10	39
Comunicar com o Cliente	1	-	16	-
Clientes Bancários e Sigilo Bancário (1)	-	3	-	65
Contratos Bancários e Garantias de Crédito	-	4	-	81
O Líder Coach	-	3	-	47
Insolvência e o Processo Especial de Revitalização (2)	4	5	70	101
FORMAÇÃO REFORMADOS E FAMILIARES	2	0	41	0
Comunicação Eficaz	1	-	22	-
Plano de Ação para a Vida Ativa	1	-	19	-
TOTAL	18	23	319	430

(1) Em 2017 foi efetuada 1 ação em Torres Vedras e 1 em Castelo Branco c/ 15 participantes em cada ação.

(2) Em 2017 foi efetuada 1 ação em Torres Vedras c/ 22 participantes. Em 2018 foi efetuada 1 ação em Torres Vedras c/ 22 participantes e 1 em Castelo Branco c/ 17 participantes.

(3) Em 2018 foi efetuada 1 ação em Torres Vedras c/ 15 participantes.

I PARTE – RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2.5. LUTUOSA

A lutuosa do SBSI tem como objecto a concessão de subsídios de luto, pelo falecimento dos associados, no ano da sua morte, ou no seguinte, quando o número de óbitos, nesse ano, exceder o número de chamadas de capital estabelecido, à pessoa por eles designada, ou aos herdeiros na falta de qualquer indicação.

Em 2018 foram atribuídos subsídios no montante global de 615 mil euros, aos respectivos beneficiários, correspondendo esse valor à média de 5,7 mil euros por óbito.

MESES	SUBSÍDIO (em euros)						Contrib. por sócio	
	Valor Global	Valor Unitário			Variação (%)		2018	
	2018	2018	2017	2016	18/17	17/16	Total	Óbito
Janeiro	52.174	5.797	6.034	6.246	-3,9	-3,4	10,24	1,14
Fevereiro	51.979	5.775	6.009	6.227	-3,9	-3,5	10,20	1,13
Março	51.829	5.759	5.996	6.208	-4,0	-3,4	10,17	1,13
Abril	51.644	5.738	5.969	6.188	-3,9	-3,5	10,14	1,13
Mai	51.450	5.717	5.952	6.168	-3,9	-3,5	10,10	1,12
Junho	51.331	5.703	5.930	6.153	-3,8	-3,6	10,08	1,12
Julho	51.184	5.687	5.915	6.135	-3,9	-3,6	10,05	1,12
Agosto	51.038	5.671	5.901	6.125	-3,9	-3,7	10,02	1,11
Setembro	50.867	5.652	5.997	6.096	-5,8	-1,6	9,99	1,11
Outubro	50.650	5.628	5.870	6.078	-4,1	-3,4	9,94	1,10
Novembro	50.440	5.604	5.849	6.069	-4,2	-3,6	9,90	1,10
Dezembro	50.232	5.581	5.822	6.052	-4,1	-3,8	9,86	1,10
TOTAL / MÉDIA	614.818	5.693	5.937	6.145	-4,1	-3,4	120,69	13,41

Cada sócio da lutuosa contribuiu, em 2018, para as chamadas de capital, com um valor acumulado de 124,94 euros, equivalente a 1,16 euros por óbito.

DESCRIÇÃO	2018	2017	2016	Variação (%)	
	Nº	Nº	Nº	18/17	17/16
Óbitos	177	145	159	22,1	-8,8
Óbitos com processamento	108	108	108	0,0	0,0
Inscrições	0	0	0	-	-
Sócios eliminados	12	18	14	-33,3	28,6
Inscrições acumuladas	9.891	9.891	9.891	0,0	0,0
Sócios com inscrição activa	4.921	5.110	5.273	-3,7	-3,1

Registaram-se 177 óbitos e 12 cancelamentos de sócios. Entraram em processo 108 óbitos. No mesmo período não se verificaram novas inscrições. No final do ano, existiam 4.921 sócios com inscrição activa, ou seja, menos 3,7% do que no ano anterior.

3. ORGANIZAÇÃO E RECURSOS

- 3.1. Gestão | 39
- 3.2. Recursos Humanos | 40
 - 3.2.1. Por Tipo de Pessoal
 - 3.2.2. Por Empresa
 - 3.2.3. Outros Indicadores
- 3.3. Instalações | 42

ORGANIZAÇÃO E RECURSOS

3.1. GESTÃO

■ Composição da Direção

Presidente

Rui Fernando da Cunha Mendes Riso

Vice-Presidente

Rui Manuel Ribeiro dos Santos Alves

Secretário

Paulo de Amaral Alexandre

Tesoureiro

João Nunes de Carvalho

Vogais

António José Real da Fonseca

José Maria Pastor de Oliveira

Cristina Alexandra Pereira Trony

Humberto Miguel Lopes da Cruz de Jesus Cabral

Fernando Horácio de Jesus Oliveira

António Manuel Tavares Ramos

Carlos Daniel da Paz Castanheira Bispo

Ângela Cardoso Ruivo Nunes Filipe

Rute Cláudia Marques Jesus Almeida

■ Organização dos Pelouros

Relações Internacionais / CPLP	Rui Riso / Rui Santos Alves
Revista "O Bancário"	Rui Riso (Diretor); Rui Santos Alves (Diretor-adjunto); Rui Riso; Rui Santos Alves; António Fonseca; João Ferreira (Conselho Editorial)
Contratação	Paulo Alexandre (Coordenador); João Ferreira; Humberto Cabral; Ângela Filipe; Carlos Bispo
Assuntos Jurídicos	Rui Riso (Coordenador); Paulo Alexandre
Estrutura de Representação Colectiva	João Carvalho (Coordenador); José Carlos Pires
Sindicalização	Humberto Cabral (Coordenador); Rui Mouzinho; Carlos Bispo; Ângela Filipe; Rute Almeida; João Ferreira
Informação	António Fonseca (Coordenador); João Ferreira
Formação	Rui Santos Alves (Coordenador); Rute Almeida
Tempos Livres	António Ramos; João Carvalho
GRAM - Grupo de Ação de Mulheres	Cristina Trony (Coordenadora); Teresa Pereira, Vânia Ferreira
Comissão da Juventude	Ângela Filipe (Coordenadora); Luís Roque; Ana Mendes
Comissão de Quadros e Técnicos	Rute Almeida (Coordenadora)

ORGANIZAÇÃO E RECURSOS

3.2. RECURSOS HUMANOS

3.2.1. Por tipo de pessoal

No final de 2018, os serviços da Atividade Sindical empregavam 79 trabalhadores, menos 3 do que no ano anterior.

(Unidades de Correspondência)

NATUREZA DE FUNÇÕES	2018		2017 Nº	2016 Nº	Variação (%)	
	Nº	(%)			18/17	17/16
Enquadramento	5	6,3	5	6	0,0	-16,7
Específicas	4	5,1	4	4	0,0	0,0
Administrativas	34	43,0	34	34	0,0	0,0
Auxiliares	36	45,6	39	41	-7,7	-4,9
TOTAL	79	100,0	82	85	-3,7	-3,5

As funções auxiliares correspondem a 45,6% do quadro de pessoal, seguindo-se as funções administrativas, com 43%. O pessoal que desempenha funções específicas representa cerca de 5,1% do total.

3.2.2. Por empresa

Do conjunto de todas as empresas, consideradas individualmente, a Sede concentrava o maior número de trabalhadores, ou seja, 30,4% do total.

(Unidades de Correspondência)

EMPRESAS	2018		2017 Nº	2016 Nº	Variação (%)	
	Nº	(%)			18/17	17/16
Sede	24	30,4	25	26	-4,0	-3,8
Secções Regionais	29	36,7	29	30	0,0	-3,3
Centro de Férias	9	11,4	9	10	0,0	-10,0
Parque de Campismo	17	21,5	19	19	-10,5	0,0
TOTAL	79	100,0	82	85	-3,7	-3,5

O Centro de Férias e as Secções Regionais mantiveram o mesmo número de trabalhadores do que no ano anterior.

A redução de trabalhadores verificou-se na Sede com menos 1 trabalhador e no Parque de Campismo com menos 2 trabalhadores.

ORGANIZAÇÃO E RECURSOS

3.2. RECURSOS HUMANOS

3.2.3. Outros indicadores

O emprego na Atividade Sindical no final de 2018 tinha as seguintes características:

- 94,9% dos trabalhadores eram efetivos;
- O trabalho a tempo completo representava 93,7% dos casos ;
- O género feminino correspondia a 58,2% do total;
- O ACT do setor bancário era o IRCT mais aplicado (51,9%).

INDICADORES	2018 Total	2017 Total	2016 Total
Efetivos (%)	94,9	92,7	95,3
A Tempo completo (%)	93,7	93,2	81,0
Género (%)			
Homens	41,8	41,5	38,8
Mulheres	58,2	58,5	61,2
Média (anos)			
Idade	53,0	51,8	52,3
Antiguidade	26,4	24,9	25,5
Movimentação (Nº)			
Entradas	17	18	13
Saídas	20	21	14
IRCT aplicável (Nº)			
ACT Setor bancário	41	42	44
Normas Reguladoras/CIT	24	26	26
AE SBSI / FETESE	14	14	15

Em relação ao ano anterior, a estrutura não sofreu alteração sensível. Registamos, apenas, que a média de idades situa-se no final de 2018, em 53 anos e a antiguidade subiu para os 26,4 anos.

ORGANIZAÇÃO E RECURSOS

3.3. INSTALAÇÕES

Para a realização dos seus objetivos, a Atividade Sindical utilizou as seguintes instalações, na maioria dos casos propriedade do SBSI:



SBSI - Atividade Sindical

Rua de S. José, 131 - 1169-046 LISBOA



Centro de Férias e Formação

Casal do Zote - Beco - 2240-208 FERREIRA DO ZÊZERE



Parque de Campismo

Pinheiros de Marim - Apartado 300 - 8700-912 OLHÃO



Angra do Heroísmo, Beja, Castelo Branco, Covilhã, Évora, Faro, Funchal, Horta, Ponta Delgada, Portalegre, Portimão, Santarém, Setúbal, Tomar, Torres Vedras.

4. SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

- 4.1. Enquadramento | 44
- 4.2. Análise Económica | 44
 - 4.2.1. Análise Global
 - 4.2.2. Análise por Empresas
- 4.3. Análise Financeira | 53

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.1. ENQUADRAMENTO

Segundo os dados preliminares do INE (Instituto Nacional de Estatística) relativos ao 4º trimestre de 2018, no conjunto do ano, o PIB (Produto Interno Bruto) será de 2,1%, menos 0,7% do que em 2017.

A procura interna foi menos intensa refletindo um crescimento menos acentuado do investimento.

No total do ano de 2018, as exportações de bens e serviços desaceleraram comparativamente com as importações.

A gestão do exercício teve de se confrontar com a progressiva redução do nível de sindicalização que se vem agravando a cada ano que passa, com impacto no equilíbrio económico e financeiro do SBSI.

O resultado de 2018 foi de 960 mil euros, que corresponde a um aumento de 472 mil euros, em relação ao ano anterior.

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

O ano de 2018 gerou um resultado positivo de aproximadamente 1 milhão de euros, superior do alcançado no ano transato, no valor de 0,5 milhões de euros.

(Unid: Euro)

CONTAS	2018		2017 Valor	2016 Valor	Variação	
	Valor	(%)			18/17	17/16
GASTOS	8.428.973 €	100%	8.769.179 €	8.730.284 €	-4%	0%
61 Custo Merc. Vendidas e Mat. C.	23.652 €	0%	27.209 €	29.842 €	-13%	-9%
62 Fornecimentos e Serviços Ext.	4.488.098 €	53%	4.564.657 €	4.468.859 €	-2%	2%
63 Gastos com o Pessoal	2.693.355 €	32%	2.777.653 €	2.781.189 €	-3%	0%
64 Gastos de Deprec. e Amort.	428.583 €	5%	450.760 €	455.776 €	-5%	-1%
65 Perdas por Imparidade	0 €	0%	2.703 €	1.184 €	-100%	>100%
67 Provisões do Período	192.106 €	2%	191.186 €	196.063 €	0%	-2%
68 Outros Gastos	583.867 €	7%	737.843 €	744.594 €	-21%	-1%
69 Gastos e Perdas de Financ.	19.311 €	0%	17.168 €	52.777 €	12%	-67%
RENDIMENTOS	9.389.765 €	100%	9.257.496 €	9.367.522 €	1%	-1%
72 Prestações de Serviços	2.809.458 €	30%	2.451.148 €	2.314.799 €	15%	6%
Quotiz./Contrib./Subs. Explor.	6.193.892 €	66%	6.415.919 €	6.637.916 €	-3%	-3%
76 Reversões	3.583 €	0%	4.571 €	3.416 €	-22%	34%
78 Outros Rendimentos e Ganhos	344.506 €	4%	356.198 €	376.630 €	-3%	-5%
79 Juros e Outros Rend. Similares	38.326 €	0%	29.660 €	34.761 €	29%	-15%
Resultado Antes de Imposto	960.792 €	-	488.317 €	637.238 €	97%	-23%
Imposto Sobre o Rendimento	546 €	-	0 €	0 €	-	-
RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO	960.246 €	-	488.317 €	637.238 €	97%	-23%

O aumento do resultado do exercício foi originado, fundamentalmente, pela diminuição dos gastos em 4%, com um aumento dos rendimentos em 1%.

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

■ GASTOS TOTAIS

Os gastos neste exercício, diminuíram 4% (-340 mil euros), em relação ao período transato, tendo atingido o valor global de 8,4 milhões de euros.

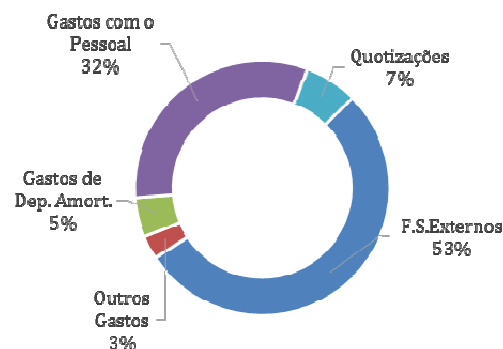
CONTAS	2018		2017 Valor	2016 Valor	Variação	
	Valor	(%)			18/17	17/16
6 Gastos	8.428.973 €	100%	8.769.179 €	8.730.284 €	-4%	0%
Custo Merc. Vend. e Mat. Cons.	23.652 €	0%	27.209 €	29.842 €	-13%	-9%
Fornec. e Serv. Externos	4.488.098 €	53%	4.564.657 €	4.468.859 €	-2%	2%
Gastos com o Pessoal	2.693.355 €	32%	2.777.653 €	2.781.189 €	-3%	0%
Gastos de Deprec. e Amort.	428.583 €	5%	450.760 €	455.776 €	-5%	-1%
Perdas por Imparidade	0 €	0%	2.703 €	1.184 €	-100%	>100
Provisões do Período	192.106 €	2%	191.186 €	196.063 €	0%	-2%
Outros Gastos	583.867 €	7%	737.843 €	744.594 €	-21%	-1%
Gastos de Financiamento	19.311 €	0%	17.168 €	52.777 €	12%	-67%

Este comportamento está relacionado essencialmente com a redução na rubrica de outros gastos de 21% (-154 mil euros). Os fornecimentos e serviços externos que representam 53% do total de gastos, tiveram uma redução de 2% (- 77 mil euros).

De entre as contas com mais peso, assinala-se os gastos com o pessoal que diminuíram em 84 mil euros face ao ano de 2017, o que a nível percentual corresponde a -3%.

No global, todas as contas de gastos tiveram uma variação negativa, exceto as provisões do período com +0,5%, e os gastos de financiamento com 12%.

Estrutura dos Gastos
2018



■ CUSTO DAS MERCADORIAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Esta conta teve uma redução de 4 mil euros (-13%) em relação ao ano de 2017.

CONTAS	2018		2017 Valor	2016 Valor	Variação	
	Valor	(%)			18/17	17/16
61 Custo Merc. Vend. e Mat. Consumidas	23.652 €	100%	27.209 €	29.842 €	-13%	-9%
Matérias Primas Subs. e Consumo	23.652 €	100%	27.033 €	27.308 €	-13%	-1%
Mercadorias	0 €	0%	176 €	2.534 €	-100%	-93%

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

■ FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Esta rubrica representa 53,2% da estrutura de gastos. Relativamente ao ano passado, existiu um decréscimo de 2% (-77 mil euros), com os serviços diversos a contribuir com uma redução de 11% (-60 mil euros), justificado na rubrica de comunicação, linhas de transmissão com menos 37 mil euros.

(Unid: Euro)

CONTAS	2018		2017 Valor	2016 Valor	Variação	
	Valor	(%)			18/17	17/16
62 Fornecimento e Serviços Externos	4.488.098 €	100%	4.564.657 €	4.468.859 €	-2%	2%
Subcontratos	2.580.338 €	57%	2.514.791 €	2.483.494 €	3%	1%
Serviços Especializados	669.650 €	15%	687.624 €	659.936 €	-3%	4%
Materiais	49.469 €	1%	58.628 €	90.932 €	-16%	-36%
Energia e Fluidos	359.684 €	8%	370.234 €	373.805 €	-3%	-1%
Deslocações, Estadas e Transp.	263.212 €	6%	303.595 €	220.248 €	-13%	38%
Serviços Diversos	482.820 €	11%	542.893 €	527.211 €	-11%	3%
Despesas Orgãos Sociais	82.927 €	2%	86.891 €	113.234 €	-5%	-23%

Outra das variações de maior significado para o apuramento final da conta, ocorreram nas deslocações, estadas e transportes com menos 40 mil euros (-13%), e nos serviços especializados com uma diminuição de 18 mil euros (-3%), sobretudo pela ausência de gastos em 2018 na rubrica de digitalização de documentos.

Mantendo a tendência do ano passado, a rubrica subcontratos registou uma variação positiva de 3% em 2018:

(Unid: Euro)

CONTAS	2018		2017 Valor	2016 Valor	Variação	
	Valor	(%)			18/17	17/16
6201 Subcontratos	2.580.338 €	100%	2.514.791 €	2.483.494 €	3%	1%
Subcontratos Gerais	536.219 €	21%	528.740 €	525.308 €	1%	1%
Subcontratos Informáticos	35.170 €	1%	29.164 €	24.495 €	21%	19%
Subcontratos Lazer	1.119.319 €	43%	929.572 €	814.190 €	20%	14%
Subcontratos PTIs	889.630 €	34%	1.027.315 €	1.119.501 €	-13%	-8%

A parcela dos subcontratos de lazer tiveram uma representatividade de 43% no total dos subcontratos, obtendo uma variação positiva de 190 mil euros (+20%), justificado pelo aumento dos circuitos turísticos realizados em 2018.

Os subcontratos PTIs mantiveram a tendência de redução com menos 138 mil euros (-13%), consequência da redução dos custos apresentados pela USP - Unidade de Serviços Partilhados.

As parcelas dos subcontratos gerais e informáticos aumentaram respetivamente 7 mil euros (+1%) e 6 mil euros (+ 20%).

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

■ GASTOS COM PESSOAL

Esta conta representou em 2018, 32% dos gastos totais. O montante despendido atingiu 2,7 milhões de euros, diminuindo em termos absolutos, face ao período homólogo em 3%.

(Unid: Euro)

CONTAS	2018		2017 Valor	2016 Valor	Variação	
	Valor	(%)			18/17	17/16
63 Gastos com o Pessoal	2.693.355 €	100%	2.777.653 €	2.781.189 €	-3%	0%
Remunerac. dos Órgãos Sociais	268.362 €	10%	272.094 €	254.427 €	-1%	7%
Remuneração do Pessoal	1.522.464 €	57%	1.577.504 €	1.607.007 €	-3%	-2%
Encargos s/ Remunerações	484.386 €	18%	501.820 €	507.141 €	-3%	-1%
Seguros	15.017 €	1%	12.443 €	12.844 €	21%	-3%
Gastos da Ação Social	11.203 €	0%	6.208 €	9.910 €	80%	-37%
Outros Gastos	391.924 €	15%	407.584 €	389.861 €	-4%	5%

O decréscimo verificado, nesta conta, deve-se principalmente às remunerações do pessoal que registaram menos 55 mil euros (-3%), resultado da:

- Diminuição da remuneração base em 39 mil euros;
- Diminuição da isenção de horário em 7 mil euros;
- Diminuição dos acréscimos trabalho Sáb/Dom/Feridos em 4 mil euros;
- Aumento do subsídio de férias em 3 mil euros em relação a 2017.

O encargos sobre remunerações tiveram um decréscimo de 17 mil euros (-3%).

A parcela remuneração do pessoal representa 57% do total dos gastos com o pessoal:

(Unid: Euro)

CONTAS	2018		2017 Valor	2016 Valor	Variação	
	Valor	(%)			18/17	17/16
6302 Remuneração do Pessoal	1.522.464 €	100%	1.577.504 €	1.607.007 €	-3%	-2%
Remuneração Base	829.919 €	55%	868.501 €	878.841 €	-4%	-1%
Diuturnidades	120.705 €	8%	124.253 €	119.331 €	-3%	4%
Isenção de Horário	52.945 €	3%	60.066 €	61.489 €	-12%	-2%
Subsídio de Falhas	0 €	0%	0 €	240 €	-	-100%
Subsídio de Refeição	142.727 €	9%	145.646 €	145.162 €	-2%	0%
Subsídio de Função	3.157 €	0%	3.214 €	3.218 €	-2%	0%
Trabalho Nocturno	14.831 €	1%	12.777 €	10.541 €	16%	21%
Trabalho Suplementar	433 €	0%	0 €	616 €	>100%	-100%
Subsídio de Férias	101.814 €	7%	99.226 €	114.502 €	3%	-13%
Subsídio de Natal	100.237 €	7%	103.116 €	104.385 €	-3%	-1%
Prémios de Antiguidade	27.359 €	2%	30.144 €	7.687 €	-9%	>100%
Subsídio Estudo p/ filhos Trab	5.190 €	0%	6.316 €	6.428 €	-18%	-2%
Acrés. Horário Compl. Prolong.	8.134 €	1%	8.134 €	8.134 €	0%	0%
Acrés. Trabalho Sáb/Dom/Feriad	13.198 €	1%	16.886 €	31.931 €	-22%	-47%
Mês de Férias	101.814 €	7%	99.226 €	114.502 €	3%	-13%

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

■ GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÕES

Este conjunto contribuiu com cerca de 429 mil euros para o total dos gastos do exercício. Em relação ao período passado, verificou-se uma variação negativa de 22 mil euros (-5%) em termos absolutos.

(Unid: Euro)

CONTAS	2018		2017 Valor	2016 Valor	Variação	
	Valor	(%)			18/17	17/16
64 Gastos de Deprec. e Amort.	428.583 €	100%	450.760 €	455.776 €	-5%	-1%
Ativos Fixos Tangíveis	428.583 €	100%	450.760 €	455.776 €	-5%	-1%
Edifícios e Outras Construções	372.057 €	87%	380.943 €	378.392 €	-2%	1%
Equipamento Básico	5.271 €	1%	4.484 €	7.469 €	18%	-40%
Equipamento de Transporte	725 €	0%	1.097 €	2.205 €	-34%	-50%
Ferramentas e Utensílios	5.437 €	1%	5.300 €	135 €	3%	>100%
Equipamento Administrativo	44.525 €	10%	53.851 €	61.136 €	-17%	-12%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	567 €	0%	5.085 €	6.437 €	-89%	-21%

Edifícios e outras construções, com 87% do total, e equipamento administrativo, com 10%, foram as rubricas que concentraram maior volume de gastos, tendo esta última rubrica apresentado a maior variação em valor absoluto (- 9 mil euros).

■ PERDAS POR IMPARIDADE

Esta conta não apresenta gastos em 2018.

(Unid: Euro)

CONTAS	2018		2017 Valor	2016 Valor	Variação	
	Valor	(%)			18/17	17/16
65 Perdas por Imparidade	0 €	0%	2.703 €	1.184 €	-100%	>100%
Em Dívidas a Receber	0 €	-	2.703 €	1.184 €	-	>100%

■ PROVISÕES DO PERÍODO

Esta conta representa no período em análise, 2% do total de gastos, com um valor de 192 mil euros (0,5%).

(Unid: Euro)

CONTAS	2018		2017 Valor	2016 Valor	Variação	
	Valor	(%)			18/17	17/16
67 Provisões do Período	192.106 €	100%	191.186 €	196.063 €	0%	-2%
Impostos	3.204 €	2%	0 €	3.605 €	-	-100%
Pensões	188.902 €	98%	191.186 €	192.458 €	-1%	-1%

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

■ OUTROS GASTOS

Em 2018 os outros gastos corresponderam a 7% dos totais dos gastos, com o valor de 584 mil euros. Existiu um decréscimo 117 mil euros (-21%) em relação a 2017.

(Unid: Euro)

CONTAS	2018		2017 Valor	2016 Valor	Variação	
	Valor	(%)			18/17	17/16
68 Outros Gastos	583.867 €	100%	737.843 €	744.594 €	-21%	-1%
Impostos	8.167 €	1%	10.796 €	12.748 €	-24%	-15%
Dívidas Incobráveis	1.594 €	0%	636 €	510 €	>100	25%
Multas e Penalidades	0 €	0%	1.651 €	0 €	-100%	-
Gastos e Perdas em Inv. não F.	80 €	0%	144 €	0 €	-44%	>100%
Outros Gastos	5.969 €	1%	122.675 €	99.852 €	-95%	23%
Quotizações	568.057 €	97%	601.941 €	631.483 €	-6%	-5%

A rubrica mais representativa foi a das quotizações com 97% do total da conta de outros gastos, com uma redução de 34 mil euros (-6%) em relação a 2017, e que congrega as contribuições para as várias instituições nacionais e estrangeiras, onde o SBSI se encontra filiado, nomeadamente, UGT, UNI e FEBASE.

A conta de outros gastos decresceu 117 mil euros (-95%), resultante de valores extraordinários contabilizados em 2017 como a comissão imobiliária da venda do Palacete Leitão e da indemnização paga por danos causados resultante de infiltração ocorrida na Secção Regional de Beja.

■ GASTOS DE FINANCIAMENTO

No exercício em análise, a conta de gastos e perdas de financiamento com o valor de 19 mil euros, teve uma variação positiva de 2 mil euros (+12%) relativamente ao ano anterior.

(Unid: Euro)

CONTAS	2018		2017 Valor	2016 Valor	Variação (%)	
	Valor	(%)			18/17	17/16
69 Gastos de Financiamento	19.311 €	100%	17.168 €	52.777 €	12%	-67%
Juros Suportados	242 €	1%	40 €	0 €	>100%	-
Outros Gastos e Perdas de Fin.	19.069 €	99%	17.128 €	52.777 €	11%	-68%

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

■ RENDIMENTOS

Os rendimentos totais averbaram uma variação homóloga de cerca de 1%, fechando o ano de 2018 com o valor de 9,4 milhões de euros.

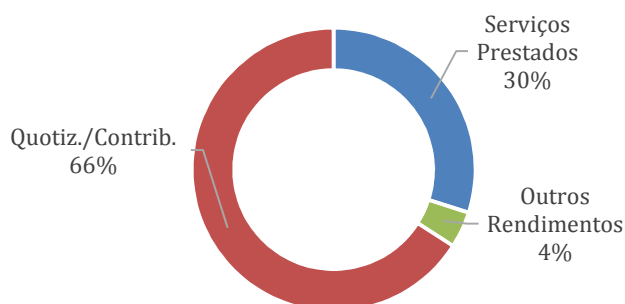
(Unid: Euro)

CONTAS	2018		2017 Valor	2016 Valor	Variação	
	Valor	(%)			18/17	17/16
7 Rendimentos	9.389.765 €	100%	9.257.496 €	9.367.522 €	1%	-1%
Serviços Prestados	2.809.458 €	30%	2.451.148 €	2.314.799 €	15%	6%
Quotiz./Contrib.	6.193.892 €	66%	6.415.919 €	6.637.916 €	-3%	-3%
Reversões	3.583 €	0%	4.571 €	3.416 €	-22%	34%
Outros Rendimentos	344.506 €	4%	356.198 €	376.630 €	-3%	-5%
Juros e Outros Rend. Similares	38.326 €	0%	29.660 €	34.761 €	29%	-15%

De salientar que as quotizações sindicais representam 66% do total desta conta e mantêm o trajeto descendente, com menos 222 mil euros, face a 2017.

Os serviços prestados com o peso de 30% dos rendimentos obtidos, aumentou em relação ao ano anterior em 358 mil euros (+15%).

Estrutura de Rendimentos 2018



SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.1. Análise Global

■ SERVIÇOS PRESTADOS

Mantendo a variação do exercício anterior, o comportamento desta rubrica em 2018, foi ascendente. A evolução em relação ao período homólogo anterior, foi de 15%.

(Unid: Euro)

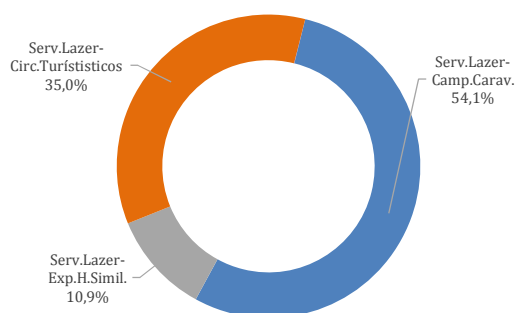
CONTAS	2018		2017 Valor	2016 Valor	Variação	
	Valor	(%)			18/17	17/16
72 Serviços Prestados	2.809.458 €	100%	2.451.148 €	2.314.799 €	15%	6%
Serv.Lazer-Camp.Carav.-TxReduz	1.519.608 €	54%	1.368.256 €	1.305.848 €	11%	5%
Serv.Lazer-Exp.H.Simil-Tx.Redu	304.978 €	11%	294.080 €	335.418 €	4%	-12%
Serv.Lazer-Circ.Turísticos	984.534 €	35%	788.486 €	673.302 €	25%	17%
Serviços Secundários-Tx.Normal	338 €	0%	327 €	231 €	4%	42%

Destacam-se os serviços de lazer - circuitos turísticos que aumentaram 25% (+196 mil euros).

Os serviços de lazer - exploração hoteleira, obtiveram uma variação positiva de 4% (+11 mil euros).

De salientar que neste conjunto de contas, os serviços de lazer - campismo e caravanismo têm 54% do total, e aumentaram 151 mil euros (+11%).

Estrutura dos Serviços Prestados 2018



■ QUOTIZAÇÕES

As quotizações dos sócios sustentaram, quase inteiramente esta conta. Registraram uma variação negativa de 3%. Foram arrecadados 6,2 milhões de euros, neste ano, correspondentes a aproximadamente dois terços do total das receitas.

As quotizações sindicais diminuíram 222 mil euros em relação ao período homólogo.

(Unid: Euro)

CONTAS	2018		2017 Valor	2016 Valor	Variação	
	Valor	(%)			18/17	17/16
7215 Quotiz./Contrib.	6.193.892 €	100%	6.415.919 €	6.637.916 €	-3%	-3%
Quotizações Sindicais	6.153.184 €	99%	6.370.815 €	6.601.646 €	-3%	-3%
Quotizações Lutuosa	0 €	0%	217 €	0 €	-100%	-
Outras	40.708 €	1%	44.888 €	36.270 €	-9%	24%

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.2. ANÁLISE ECONÓMICA

4.2.2. Análise por Empresas

(Unid : Euro)

CONTAS	2018		2017 Valor	2016 Valor	Variação	
	Valor	(%)			18/17	17/16
GASTOS	8.428.973 €	100%	8.769.179 €	8.730.284 €	-4%	0%
Sede	5.209.484 €	21%	5.449.426 €	5.448.238 €	-4%	0%
Parque de Campismo	1.230.387 €	16%	1.252.254 €	1.212.779 €	-2%	3%
Centro de Férias e Formação	428.831 €	18%	439.397 €	444.810 €	-2%	-1%
Secções Sindicais	1.556.333 €	13%	1.624.993 €	1.621.392 €	-4%	0%
Lutuosa	3.938 €	5%	3.110 €	3.065 €	27%	1%
RENDIMENTOS	9.389.765 €	100%	9.257.496 €	9.367.522 €	1%	-1%
Sede	6.651.128 €	19%	6.648.809 €	6.749.565 €	0%	-1%
Parque de Campismo	1.548.904 €	17%	1.399.739 €	1.372.531 €	11%	2%
Centro de Férias e Formação	166.992 €	19%	147.045 €	153.723 €	14%	-4%
Secções Sindicais	1.021.614 €	14%	1.059.678 €	1.085.179 €	-4%	-2%
Lutuosa	1.128 €	5%	2.225 €	6.524 €	-49%	-66%
Resultado Antes de Imposto	960.792 €	-	488.317 €	637.238 €	97%	-23%
Sede	1.441.644 €	-	1.199.383 €	1.301.327 €	20%	-8%
Parque de Campismo	318.517 €	-	147.485 €	159.752 €	>100%	-8%
Centro de Férias e Formação	-261.839 €	-	-292.352 €	-291.086 €	-10%	0%
Secções Sindicais	-534.720 €	-	-565.315 €	-536.213 €	-5%	5%
Lutuosa	-2.811 €	-	-885 €	3.459 €	>100%	>-100%

SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

4.3. ANÁLISE FINANCEIRA

Comparativamente ao exercício anterior, o património do Sindicato, refletido no Balanço, avaliado em cerca de 25 milhões de euros, cresceu 4%.

(Unid: Euro)

CONTAS	2018		2017 Valor	2016 Valor	Variação	
	Valor	(%)			18/17	17/16
ATIVO	24.985.751 €	100%	24.107.474 €	24.671.467 €	4%	-2%
Ativo Não Corrente	7.820.520 €	31%	7.903.363 €	8.241.959 €	-1%	-4%
Ativo Corrente	17.165.231 €	69%	16.204.111 €	16.429.508 €	6%	-1%
Ativos detidos para venda	0 €	0%	0 €	2.003.152 €	-	-100%
Associados e outros	46.950 €	0%	56.472 €	31.402 €	-17%	80%
Estado e outros entes públicos	280.616 €	1%	285.532 €	296.710 €	-2%	-4%
Outros ativos correntes	6.612.166 €	26%	6.359.867 €	7.736.087 €	4%	-18%
Diferimentos	134.469 €	1%	128.002 €	131.124 €	5%	-2%
Caixa e depósitos bancários	10.091.030 €	40%	9.374.238 €	6.231.033 €	8%	50%

No final do exercício, o ativo não corrente e o ativo corrente apresentavam 31% e 69%, respetivamente.

Os outros ativos correntes e as disponibilidades em caixa e depósitos bancários repartiram, entre si, cerca de 67% do ativo. As disponibilidades, com uma representação maioritária de depósitos em bancos, aumentaram 8% em relação ao período passado.

O capital próprio e o passivo tinham a seguinte composição, no final do exercício:

(Unid: Euro)

CONTAS	2018		2017 Valor	2016 Valor	Variação	
	Valor	(%)			18/17	17/16
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	24.985.751 €	100%	24.107.474 €	24.671.467 €	4%	-2%
CAPITAL PRÓPRIO	23.083.070 €	92%	22.122.824 €	21.634.507 €	4%	2%
Reservas	20.036.729 €	80%	19.841.402 €	19.586.507 €	1%	1%
Resultados transitados	2.086.095 €	8%	1.793.105 €	1.410.762 €	16%	27%
Resultado Líquido	960.246 €	4%	488.317 €	637.238 €	97%	-23%
PASSIVO	1.902.681 €	8%	1.984.650 €	3.036.960 €	-4%	-35%
Passivo Não Corrente	612.149 €	2%	602.653 €	613.642 €	2%	-2%
Provisões	612.149 €	2%	602.653 €	613.642 €	2%	-2%
Passivo Corrente	1.290.532 €	5%	1.381.997 €	2.423.318 €	-7%	-43%
Fornecedores	201.805 €	1%	284.761 €	260.785 €	-29%	9%
Adiantamentos de clientes	0 €	0%	0 €	1.200.000 €	-	-100%
Estado e outros entes públicos	66.763 €	0%	87.508 €	110.124 €	-24%	-21%
Outros passivos correntes	1.021.964 €	4%	1.009.728 €	852.409 €	1%	18%

Em termos homólogos, o capital próprio cresceu 4%, justificado pelo aumento das resultados transitados em 293 mil euros (+16%).

O passivo teve um decréscimo de 4% justificado pela redução nos fornecedores em 83 mil euros (-29%), reduzindo de forma significativa o passivo corrente.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(valores expressos em Euros)

- 1 Balanços | 55
- 2 Demonstrações dos Resultados por Naturezas | 56
- 3 Demonstrações dos Fluxos de Caixa | 57
- 4 Demonstrações das Alterações no Capital Próprio | 58

Anexo às Demonstrações Financeiras | 59

Proposta de Aplicação de Fundos | 79

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

ATIVO	Notas	2018	2017
ATIVO NÃO CORRENTE:			
Ativos fixos tangíveis	5	7 817 701	7 901 466
Participações Financeiras	6	2 819	1 897
Total do ativo corrente		<u>7 820 520</u>	<u>7 903 363</u>
ATIVO CORRENTE:			
Associados e outros	7	46 950	56 472
Estado e outros entes publicos	8	280 616	285 532
Outros ativos correntes	9	6 612 166	6 359 867
Diferimentos		134 469	128 002
Caixa e depósitos bancários	4	10 091 030	9 374 238
Total do ativo corrente		<u>17 165 231</u>	<u>16 204 111</u>
Total do ativo		<u>24 985 751</u>	<u>24 107 474</u>
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Reservas estatutárias	10	20 036 729	19 841 402
Resultados transitados	10	2 086 095	1 793 105
		<u>22 122 824</u>	<u>21 634 507</u>
Resultado líquido do período		960 246	488 317
Total dos fundos patrimoniais		<u>23 083 070</u>	<u>22 122 824</u>
PASSIVO			
PASSIVO NÃO CORRENTE:			
Provisões	11	612 149	602 653
		<u>612 149</u>	<u>602 653</u>
PASSIVO CORRENTE:			
Fornecedores	12	201 805	284 761
Estado e outros entes públicos	8	66 763	87 508
Outros passivos correntes	13	1 021 964	1 009 728
Total do passivo corrente		<u>1 290 532</u>	<u>1 381 997</u>
Total do passivo		<u>1 902 681</u>	<u>1 984 650</u>
Total do capital próprio e do passivo		<u>24 985 751</u>	<u>24 107 474</u>

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2018.

A Direção do SBSI

A Contabilísta Certificada (N.º 57518)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	2018	2017
Vendas e serviços prestados	14	9 003 350	8 867 067
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	15	(23 652)	(27 209)
Fornecimentos e serviços externos	16	(4 488 098)	(4 564 657)
Gastos com pessoal	17	(2 693 355)	(2 777 653)
Imparidade de dívidas a receber	11	-	(2 703)
Provisões	11	(192 106)	(191 186)
Reversões de imparidade de dívidas a receber	11	3 583	4 571
Outros rendimentos	18	344 506	356 198
Outros gastos	19	(583 867)	(737 843)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1 370 360	926 585
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	(428 583)	(450 760)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		941 777	475 825
Juros e rendimentos similares	20	38 326	29 660
Juros e gastos similares	21	(19 311)	(17 168)
Resultado antes de imposto		960 792	488 317
Imposto sobre o Rendimento	10	(546)	-
Resultado líquido do exercício		960 246	488 317

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

A Direção do SBSI

A Contabilista Certificada (N.º 57518)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em euros)

Descrição	Notas	2018	2017
Atividades Operacionais			
Recebimentos de Serviços Prestados		9 146 547	9 191 135
Pagamentos a Fornecedores		(4 493 009)	(4 536 028)
Pagamentos ao Pessoal		(2 914 794)	(2 992 812)
Fluxo gerado pelas operações		1 738 744	1 662 295
Outros Pagamentos / Recebimentos Rel. At. Operacionais		(716 311)	(486 339)
Fluxo de Atividades Operacionais [1]		1 022 433	1 175 956
Atividades de Investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Ativos Fixos		6 770	808 046
Juros e Rendimentos Similares		38 326	24 576
Sub-total - Recebimentos		45 096	832 622
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos Fixos Tangíveis		(330 504)	(125 927)
Constituição de Depósitos a Prazo		(8 500 000)	-
Fundos Compensação Trabalho		(922)	(743)
Sub-total - Pagamentos		(8 831 426)	(126 670)
Fluxo de Atividades de Investimento [2]		(8 786 330)	705 952
Atividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Operações de Financiamento (Interorganismos)		-	1 277 749
Juros e Proveitos Similares		-	-
Sub-total - Recebimentos		-	1 277 749
Pagamentos respeitantes a:			
Operações de Financiamento		(19 311)	(16 452)
Juros e Gastos Similares		-	-
Sub-total - Pagamentos		(19 311)	(16 452)
Fluxo de Atividades de Financiamento [3]		(19 311)	1 261 297
Variações de caixa e seus equivalentes [4]		(7 783 208)	3 143 205
Caixa e seus equivalentes - Início do exercício	4	9 374 238	6 231 033
Caixa e seus equivalentes - Fim do exercício	4	1 591 030	9 374 238

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

A Direção do SBSI

A Contabilista Certificada (N.º 57518)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Reservas estatutárias	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do fundo patrimonial
Posição no início do exercício de 2017		19 586 507	1 410 762	637 238	21 634 507
Aplicação dos resultados	10	254 895	382 343	(637 238)	-
Resultado líquido do exercício de 2017				488 317	488 317
Posição no fim do exercício de 2017		<u>19 841 402</u>	<u>1 793 105</u>	<u>488 317</u>	<u>22 122 824</u>
Aplicação dos resultados	10	195 327	292 990	(488 317)	-
Resultado líquido do exercício de 2017				960 246	960 246
Posição no fim do exercício de 2018		<u>20 036 729</u>	<u>2 086 095</u>	<u>960 246</u>	<u>23 083 070</u>

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

A Direção do SBSI

A Contabilista Certificada (N.º 57518)

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (adiante igualmente designado por “SBSI”) é o principal sindicato português e foi criado em 30 de Julho de 1975, com a entrada em vigor dos novos estatutos do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa.

A sua atividade abrange todos os trabalhadores de instituições financeiras, que exerçam a sua atividade nos distritos de Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Lisboa, Portalegre, Santarém e Setúbal, bem como nas Regiões Autónomas dos Açores e Madeira.

O SBSI está filiado na União Geral de Trabalhadores e na UNI - Federação Sindical Internacional da área dos serviços.

Para além das suas atividades no campo das relações laborais, nomeadamente na contratação coletiva de trabalho, o SBSI gere os Serviços de Assistência Médico - Social (adiante igualmente designado por “SAMS do SBSI”), principal organização privada de saúde portuguesa.

Na área da ocupação dos tempos livres, o SBSI dispõe de um Centro de Férias e Formação, em Ferreira do Zêzere, e de um Parque de Campismo, em Olhão.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, efetivas para os exercícios iniciados a partir de 1 de janeiro de 2016, vertidos no Decreto – Lei n.º 98/2015, de 2 de junho que altera o Decreto – Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, e aprova o regime de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (“SNC – ESNL”), incluindo a norma contabilística e de relato financeiro prevista no Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho e dos modelos de demonstrações financeiras e plano de contas, definidos nas portarias n.º 220/2015 de 24 de julho e n.º 218/2015 de 23 de julho. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado, genericamente, por “NCRF – ESNL”.

O SNC – ESNL são parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), conforme definido pelo Decreto – Lei n.º 158/2009, de 13 de junho e atualizado pelo Decreto – Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, incluindo a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro (“NCRF”) e normas interpretativas (“NI”) consignadas, respetivamente, nos avisos n.º 8254/2015, n.º 8256/2015 e n.º 8258/2015, de 29 de julho.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, mantidas de acordo com as NCRF – ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis correspondem, essencialmente, a direitos de propriedade industrial e encontra-se registado ao custo, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas linearmente, por quotas constantes, durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

c) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzidos de depreciações e eventuais perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	2 a 12
Equipamento de transporte	5 a 7
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	6 a 12
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 4

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

d) Participações financeiras – outros ativos financeiros

Instituído pela Lei 70/2013 de 30 de agosto, o Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) é um fundo de capitalização individual destinado ao pagamento parcial (até 50%) da compensação por cessação do contrato de trabalho dos trabalhadores. O FCT é gerido pelo Instituto de Gestão de Fundos de Capitalização da Segurança Social, IP e financiado pelas entidades empregadoras através de entregas correspondentes a 0,925% da retribuição base e diuturnidades por cada trabalhador abrangido e admitido a partir de 1 de outubro de 2013.

e) Inventários

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e para efetuar a venda.

O método de custeio dos inventários adotado pelo SBSI consiste no custo médio ponderado.

f) Ativos não correntes detidos para venda

O SBSI classifica um ativo como não corrente detido para venda se for expectável que a entidade venha a recuperar o investimento através da venda e não do seu uso continuado, e que a venda venha a ocorrer no curto prazo.

Os ativos não correntes detidos para venda são mensurados pelo menor valor entre:

- Quantia escriturada;
- Justo valor menos os custos associados à venda.

O ativo após ter sido transferido para esta categoria não é sujeito a amortizações, sendo efetuada regularmente uma análise de imparidade.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

g) Capitais próprios – reservas estatutárias

Os capitais próprios englobam as Reservas Estatutárias, que correspondem aos fundos especiais previstos nos estatutos do SBSI. Desta forma, os resultados transitados, as reservas e o resultado líquido do exercício, sendo ambos repartidos por dois regimes, de acordo com as seguintes características:

- Fundo Sindical - destinado à cobertura de eventuais saldos negativos do exercício;
- Fundo de greve e solidariedade - a ser aplicado, exclusivamente, em auxílio a sócios cujos vencimentos tenham sido diminuídos como resultado da adesão à greve declarada ou apoiada pelos órgãos do SBSI estatutariamente competentes. Este fundo destina-se também a permitir que o SBSI preste auxílio a sócios em situações de carência;
- Fundo de auxílio económico - destinado a ser utilizado no apoio a sócios e seus familiares que se encontrem em situações previstas no respetivo regulamento;

Adicionalmente, dentro das Reservas estatutárias o SBSI regista o Fundo da Lutuosa.

h) Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

i) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente corresponde ao valor a pagar baseado no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos custos e proveitos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis noutros exercícios. O lucro tributável exclui ainda custos e proveitos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

j) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Entidade com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

j) Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis (cont.)

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade.

A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de perdas por imparidade”. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

k) Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando o SBSI tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

I) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos e os passivos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ativos e passivos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando:

- Sejam à vista ou tenham maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo ou ao custo amortizado incluem:

- Caixa e depósitos a bancários
- Associados;
- Outros ativos correntes;
- Fornecedores;
- Outras passivos correntes;

Ativos e passivos financeiros ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração de resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não classificados na categoria “ao custo amortizado” são classificados na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no mesmo registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada.

A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurado ao custo).

Foi registada uma imparidade para as dívidas a receber de beneficiários e utentes, tendo em consideração a respetiva idade e o período esperado de recuperação das dívidas. Para as restantes dívidas a receber foram analisadas as diferentes situações de acordo com a perspetiva económica de recuperação da dívida.

Adicionalmente, para todas as contas a receber que se encontravam em contencioso, foram registadas imparidades pela totalidade da dívida.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Entidade reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

m) Fundo de pensões

O SBSI / SAMS assumiram a responsabilidade pelo pagamento de pensões de reforma e invalidez, bem como pensões de pré-reforma, em regime complementar ao da Segurança Social e em conformidade com os instrumentos de regulamentação coletiva de trabalho outorgados pelo SBSI. Para fazer face a essa responsabilidade o SBSI dispõe de uma provisão, cujo reforço anual corresponde a uma percentagem sobre as remunerações anuais dos seus empregados (Nota 11).

n) Vendas e serviços prestados

As vendas, as prestações de serviços e as quotizações dos sócios do SBSI são registadas em proveitos nas rubricas de “Vendas de mercadorias e serviços prestados”.

As quotizações correspondem a 1% a cargo dos trabalhadores que livremente se sindicalizem junto do SBSI.

o) Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

p) Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“eventos ajustáveis”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“eventos não ajustáveis”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

q) Especialização de exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2018 e 2017 detalha-se conforme se segue:

	2018	2017
Caixa	6 348	10 218
Depósitos à ordem	914 682	1 239 020
Depósitos a prazo (< 3 meses)	670 000	8 125 000
Caixa e equivalentes	<u>1 591 030</u>	<u>9 374 238</u>
Depósitos a prazo (> 3 meses)	8 500 000	-
Caixa e depósitos bancários	<u><u>10 091 030</u></u>	<u><u>9 374 238</u></u>

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica de “Depósitos a prazo (>3 meses)” no montante global de 8.500.000 Euros ” compreendia aplicações que se vencem entre abril e setembro de 2019.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

	2018				Saldo Final
	Saldo Inicial	Adições	Abates	Regulariz.	
Ativo Bruto					
Terrenos e outros recursos naturais	1 784 972	-	-	-	1 784 972
Edifícios e outras construções	15 642 823	98 766	-	-	15 741 589
Equipamento básico	501 395	5 221	-	-	506 616
Equipamento de transporte	44 951	14 980	-	-	59 931
Equipamento administrativo	2 717 073	28 911	(6 770)	1 467	2 740 681
Outros ativos fixos tangíveis	186 710	-	-	-	186 710
Ativos fixos tangíveis em curso	-	195 553	-	-	195 553
	<u>20 877 924</u>	<u>343 431</u>	<u>(6 770)</u>	<u>1 467</u>	<u>21 216 052</u>
Depreciações					
Terrenos e Recursos Naturais	278 864				278 864
Edifícios e outras construções	9 444 883	372 056			9 816 939
Equipamento básico	490 704	5 271			495 975
Equipamento de transporte	42 920	726			43 646
Equipamento administrativo	2 551 458	44 525	(6 690)		2 589 293
Outros ativos fixos tangíveis	167 629	6 005			173 634
	<u>12 976 458</u>	<u>428 583</u>	<u>(6 690)</u>	<u>-</u>	<u>13 398 351</u>
Ativo Líquido	<u><u>7 901 466</u></u>	<u><u>(85 153)</u></u>	<u><u>(80)</u></u>	<u><u>1 467</u></u>	<u><u>7 817 701</u></u>

No exercício de 2018, a rubrica de “Edifícios e outras construções” engloba obras realizadas essencialmente no parque de campismo (remodelação de bungalows) e nas instalações do SBSI de Torres Vedras.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

	2017				
	Saldo Inicial	Adições	Abates	Regulariz.	Saldo Final
Ativo Bruto					
Terrenos e outros recursos naturais	1.784.972	-	-	-	1.784.972
Edifícios e outras construções	15.603.416	41.520	(2.113)	-	15.642.823
Equipamento básico	500.832	2.537	(1.974)	-	501.395
Equipamento de transporte	46.937	-	(1.986)	-	44.951
Equipamento administrativo	2.658.290	55.166	(8.589)	12.206	2.717.073
Outros ativos fixos tangíveis	175.961	10.980	(231)	-	186.710
Ativos fixos tangíveis em curso	6.094	-	-	(6.094)	-
	<u>20.776.502</u>	<u>110.203</u>	<u>(14.893)</u>	<u>6.112</u>	<u>20.877.924</u>
Depreciações					
Terrenos e Recursos Naturais	278.864	-	-	-	278.864
Edifícios e outras construções	9.066.053	380.943	(2.113)	-	9.444.883
Equipamento básico	488.194	4.484	(1.974)	-	490.704
Equipamento de transporte	43.810	1.096	(1.986)	-	42.920
Equipamento administrativo	2.501.301	53.852	(8.589)	4.894	2.551.458
Outros ativos fixos tangíveis	157.475	10.385	(231)	-	167.629
	<u>12.535.697</u>	<u>450.760</u>	<u>(14.893)</u>	<u>4.894</u>	<u>12.976.458</u>
Ativo Líquido	<u>8.240.805</u>	<u>(340.557)</u>	<u>-</u>	<u>1.218</u>	<u>7.901.466</u>

No exercício de 2017, a rubrica de “Edifícios e outras construções” engloba obras realizadas essencialmente no parque de campismo de Olhão.

6. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

O movimento ocorrido na rubrica de “Outros Ativos Financeiros – Fundo de Compensação do Trabalho” nos exercícios de 2018 e 2017 foi o seguinte:

	Saldo em 31-12-2016	Dotação	Saldo em 31-12-2017	Dotação	Saldo em 31-12-2018
Fundos de Compensação Trabalho	1.154	743	1.897	922	2.819
	<u>1.154</u>	<u>743</u>	<u>1.897</u>	<u>922</u>	<u>2.819</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

7. ASSOCIADOS E OUTROS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Associados e outros” tem a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Créditos a Beneficiários:		
Conta Corrente Sócios, não sócios e Outros	43 763	54 213
	<u>43 763</u>	<u>54 213</u>
Utentes	337	-
	<u>337</u>	<u>-</u>
Clientes Cobrança Duvidosa:		
Associados - Contencioso	1 674	1 674
Associados	4 451	4 613
Credores cobrança duvidosa - Pessoal SBSI		
Outros devedores	89 647	89 647
	<u>95 772</u>	<u>95 934</u>
Clientes G.F.:		
Socios C.G.F	1 678	2 003
Trabalhadores C.G.F	494	494
	<u>2 173</u>	<u>2 497</u>
	<u>142 045</u>	<u>152 644</u>
Perdas por imparidade de associados e outros (Nota 11)	(95 095)	(96 172)
	<u>46 950</u>	<u>56 472</u>

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” têm a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldos ativos:		
Imposto sobre o valor acrescentado	277 217	280 492
Retenções na fonte (IRC)	3 399	5 040
	<u>280 616</u>	<u>285 532</u>
Saldos passivos:		
Contribuições para a Segurança Social	37 582	45 609
Imposto sobre o valor acrescentado	-	4 965
Retenções na fonte (IRS/IRC)	29 181	36 934
	<u>66 763</u>	<u>87 508</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS (Cont.)

Nos valores passivos relativos a dezembro de 2018 incluem-se as contribuições da Segurança Social e retenções na fonte de IRS / IRC os montantes 37.582 Euros e 29.181 Euros, respetivamente.

O saldo devedor de 276.944 Euros em 2018 inclui valores no processo tributário de IVA relativo aos anos de 2000/2001 que se encontra impugnado judicialmente.

9. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Outros ativos correntes” apresenta a seguinte composição:

	2018	2017
Adiantamentos Subs. Doença/Pensões	147 436	112 702
Adiantamentos ao Pessoal	-	256
Adiantamentos a Órgãos Sociais	-	-
	<u>147 436</u>	<u>112 958</u>
USP	3 235 824	3 235 824
SAMS	2 222 251	2 222 251
Devedores Fundo Auxílio Económico	194 899	205 900
Devedores Fundo Auxílio Económico - Despesas Escolares	142 854	175 478
FEBASE	8 530	3 702
INETESE	70 514	72 529
UGT	256 997	5 904
Lutuosa	26 052	25 857
	<u>6 157 922</u>	<u>5 947 445</u>
Quotizações a receber		
Das instituições de crédito	368 644	387 132
De individuais	-	-
	<u>368 644</u>	<u>387 132</u>
Outros devedores	16 739	17 021
	<u>16 739</u>	<u>17 021</u>
Devedores por acréscimos de rendimentos	31 944	8 334
Perdas por imparidade de dívidas a receber de terceiros (Nota 11)	(110 517)	(113 023)
	<u>6 612 166</u>	<u>6 359 867</u>

Durante o exercício económico de 2018, no âmbito do Fundo de Auxílio Económico criado para apoio às despesas escolares, foram disponibilizados 215 apoios (280 em 2017), no montante global de 184.955 Euros (219.640 em 2017). O valor do apoio e o período de restituição depende do nível de escolaridade a que se destina e poderá ser no máximo 1.200 Euros e 12 meses, respetivamente. Em 31 de dezembro de 2018, encontrava-se em dívida valor de 142.854 Euros (175.478 Euros em 2017).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, encontravam-se em dívida os montantes de 70.514 Euros e 72.529 Euros no âmbito do Protocolo de Colaboração celebrado com o INETESE (Nota 22). Esta dívida foi integralmente ajustada, na medida em que o INETESE se encontra em processo especial de revitalização.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os saldos mantidos com entidades relacionadas são os seguintes:

		2018	2017
Com os SAMS do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas (SAMS do SBSI):			
. Débitos a curto prazo - Outros	Nota 9	2.222.251	2.222.251
. Créditos a curto prazo - Outros	Nota 13	189.778	98.195
		<u>2.412.029</u>	<u>2.320.446</u>
Com a Unidade de Serviços Partilhados (USP):			
. Débitos a curto prazo - Adiantamento - Edifício Rua Elias Garcia	Nota 9	3.235.824	3.235.824
. Créditos a curto prazo - Outros	Nota 13	100.844	135.490
		<u>3.336.668</u>	<u>3.371.314</u>

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o SBSI efetuou os seguintes débitos ao SAMS:

	2018	2017
Rendas de prédios urbanos	82 781	82 781
Reuniões Estatutárias e Outras	28 648	28 648
Serviços de contencioso	91 132	125 304
Revista "O Bancário"	8 528	13 423
	<u>211 089</u>	<u>250 156</u>

No exercício de 2018 e na sequência da transferência dos Serviços de Aprovisionamento Geral da USP para o SAMS, o SAMS debitou à Atividade Sindical pelos serviços prestados neste domínio, o montante de 1.770 Euros (1.921 Euros em 2017).

10. FUNDOS PATRIMONIAIS

A decomposição dos Fundos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017, é a seguinte:

	2018	2017
Resultados Transitados	2.086.095	1.793.105
Outras reservas		
Fundo Sindical	12.227.040	12.178.208
Fundo Greve e Solidariedade	7.230.362	7.083.867
Fundo de Auxílio Económico	300.000	300.000
Fundo da Lutuosa	279.327	279.327
	<u>20.036.729</u>	<u>19.841.402</u>
	22.122.824	21.634.507

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

11. IMPARIDADE E PROVISÕES

O movimento ocorrido nas rubricas de imparidade e provisões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foi como segue:

Descrição	Saldos em 31-12-2017	Reforços	Utilizações	Reversões	Saldos em 31-12-2018
Pensões de reforma	118.687	188.902	(182.610)		124.979
Processos fiscais em curso	483.966	3.204			487.170
	602.653	192.106	(182.610)	-	612.149
Imparidade de dívidas de associados e outros (Nota 7):					
Dívidas de beneficiários e sócios	3.565				3.565
Dívidas em contencioso	2.960			(1.077)	1.883
Outras dívidas de terceiros	89.647				89.647
	96.172	-	-	(1.077)	95.095
Imparidade de dívidas a receber de terceiros (Nota 9):					
	113.023			(2.506)	110.517
	209.195	-	-	(3.583)	205.612
	811.848	192.106	(182.610)	(3.583)	817.761

Descrição	Saldos em 31-12-2016	Reforços	Utilizações	Reversões	Saldos em 31-12-2017
Pensões de reforma	129.676	191.186	(202.175)	-	118.687
Processos fiscais em curso	483.966	-	-	-	483.966
	613.642	191.186	(202.175)	-	602.653
Imparidade de dívidas de associados e outros (Nota 7):					
Dívidas de beneficiários e sócios	4.495	2.703	(3.633)	-	3.565
Dívidas em contencioso	3.305	-	-	(345)	2.960
Outras dívidas de terceiros	89.647	-	-	-	89.647
	97.447	2.703	(3.633)	(345)	96.172
Imparidade de dívidas a receber de terceiros (Nota 9):					
	117.249			(4.226)	113.023
	214.696	2.703	(3.633)	(4.571)	209.195
	828.338	193.889	(205.808)	(4.571)	811.848

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica de "Pensões de reforma" respeita ao compromisso assumido pelo SBSI de conceder aos seus empregados complementos das pensões de reforma pagas pela Segurança Social. Para fazer face a esta responsabilidade, o SBSI constituiu uma provisão cujo o saldo ascendia, em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a 124.979 Euros e 118.687 Euros, respetivamente.

Na rubrica "Processos fiscais em curso" encontra-se registada a provisão para processos fiscais em sede de IVA, no valor correspondente a 487.170 Euros, em 2017, respeitantes aos anos de 2000/2001 e 2002 e que se encontram impugnados judicialmente.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

12. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica de “Fornecedores apresentava a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores conta corrente	201.805	284.761
	<u>201.805</u>	<u>284.761</u>

13. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
SAMS - Serviços de Assistência Médico Social	189 881	98 195
USP - Unidade Serviços Partilhados	100 484	135 490
Lutuosa	308 083	382 963
Sindicatos Congéneres	1 001	37 374
Sindicatos	-	625
Outros credores por acréscimos	333 464	321 513
Outros Credores	89 050	33 568
	<u>1 021 964</u>	<u>1 009 728</u>

No exercício findo em 2018, na rubrica “Outros credores por acréscimos” está englobada a responsabilidade com férias e subsídio de férias para com os trabalhadores no valor de 301.058 Euros (305.406 Euros em 2017).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

14. VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

A rubrica “Vendas e Serviços prestados”, nos exercícios de 2018 e 2017, tem a seguinte composição:

	2018	2017
Quotizações		
Instituições Bancárias	6.104.857	6.317.904
Trabalhadores	48.327	52.911
	<u>6.153.184</u>	<u>6.370.815</u>
Prestações de Serviços		
Organização de Circuitos turísticos	984.872	788.812
Exploração Hoteleira e similar	304.978	294.080
Campismo e Caravanismo	1.519.608	1.368.256
	<u>2.809.458</u>	<u>2.451.148</u>
Outros Subsídios Exploração	40.708	45.104
	<u>9.003.350</u>	<u>8.867.067</u>

Em 2018, comparativamente a 2017, constata-se um incremento na rubrica de “Prestações de serviços” resultante de uma maior dinamização da oferta dos serviços disponibilizados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 verifica-se a diminuição ao nível da rubrica das “Quotizações” cujo valor ascendeu a 6.153.184 Euros (6.370.815 Euros em 2017).

15. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2018	2017
Matérias primas, subsidiárias e consumo	23.652	27.033
Mercadorias	-	176
	<u>23.652</u>	<u>27.209</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

16. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” tem a seguinte composição:

	2018	2017
Subcontratos:		
Atividades turísticas	953 479	758 157
Serviços financeiros	245 154	283 434
Serviços de manutenção e instalação	177 921	220 517
Revista Febase	200 120	199 893
Serviços administrativos	156 449	184 785
Aluguer de aldeamentos	146 643	140 797
Serviços de estudos e auditoria	120 755	137 814
Serviços de informática	135 203	137 589
Limpeza, higiene e conforto	113 399	92 847
Manutenção e instalação equipamentos	82 302	89 738
Segurança	71 860	80 428
Serviços Recursos Humanos	53 867	63 176
Outros subcontratos	122 903	125 616
	2 580 055	2 514 791
Fornecimentos e Serviços:		
Deslocações e Estadas	263 212	302 529
Trabalhos Especializados	341 967	274 217
Comunicação	197 572	228 490
Eletricidade	204 285	217 050
Honorários	106 523	183 112
Conservação e Reparação	166 384	169 361
Rendas e Alugueres	98 080	109 468
Despesas de representação Orgãos Sociais	82 927	86 817
Seguros	52 795	62 146
Água	58 104	60 305
Publicidade e Propaganda	51 347	60 235
Combustíveis	55 687	52 369
Outros Fluidos	41 608	40 510
Artigos para Oferta	40 109	40 271
Outros	147 443	162 986
	1 908 043	2 049 866
	4 488 098	4 564 657

O total de serviços subcontratados à USP que se encontram, englobados em diferentes rubricas da conta de “subcontratos”, totalizam 889.630 Euros e 1.027.315 Euros, no final de 2018 e 2017, respetivamente.

Na rubrica “Rendas e alugueres” encontram-se incluídos os seguintes valores relativos contratos de aluguer operacional, em 2018 e 2017:

	2018	Valor da renda anual	Rendas vincendas inferiores a 5 anos
Viaturas		78.463	68.994
Equipamento Informático		5.178	3.840
Fotocopiadoras / Impressoras		17.402	17.402
	2017	Valor da renda anual	Rendas vincendas inferiores a 5 anos
Viaturas		81.929	65.519
Equipamento Informático		9.882	9.882
Fotocopiadoras / Impressoras		9.492	9.492

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

17. GASTOS COM O PESSOAL

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais e os custos com o pessoal nos exercícios de 2018 e 2017 foram os seguintes:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remunerações dos Órgãos Sociais	268 362	272 094
Remunerações do pessoal	1 522 464	1 577 504
Encargos sobre remunerações	484 386	501 820
Encargos com seguros	15 017	12 443
Custos de ação social	11 203	6 208
Outros gastos com o pessoal	391 924	407 584
	<u>2 693 355</u>	<u>2 777 653</u>

18. OUTROS RENDIMENTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Rendimentos Suplementares:		
Cedência de bens e serviços	84 295	85 787
Concessão estabelecimentos comerciais	18 819	20 645
Cursos de Arte	27 180	28 083
Gestão FAEs	22 244	23 733
Outros	28 846	24 197
	<u>181 384</u>	<u>182 445</u>
Rendas de prédios urbanos		
SAMS	82 781	82 781
Outros	3 851	3 851
Outros rendimentos e ganhos		
Reembolso Viagens	3 851	51 662
Outros	72 639	35 459
	<u>344 506</u>	<u>356 198</u>

19. OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica “Outros gastos” apresenta a seguinte decomposição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Quotizações:		
U.G.T. -Uniao Geral Trabalhadores	430.723	445.957
FEBASE	71.220	85.920
U.G.T. - Quotização extraordinária	21.000	21.000
Outras	45.114	49.064
	<u>568.057</u>	<u>601.941</u>
Ofertas e Prémios	3.521	26.659
Impostos	8.167	10.796
Cooperação	-	3.902
Dívidas incobráveis	1.594	636
Perdas em investimentos não financeiros	80	143
Outros	2.448	93.766
	<u>583.867</u>	<u>737.843</u>

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

20. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS SIMILARES

A rubrica “Juros e outros rendimentos similares” tem a seguinte composição:

	2018	2017
Juros de depósitos bancários	37.790	24.044
Outros	536	5.616
	38.326	29.660

21. GASTOS DE FINANCIAMENTO

A rubrica “Gastos de financiamento” tem a seguinte composição:

	2018	2017
Serviços Bancários	19.064	16.452
Outros	247	716
	19.311	17.168

22. PRINCIPAIS PROTOCOLOS E CONTRATOS

Protocolo de Colaboração com o INETESE

Em 20 de julho de 2012 foi celebrado Protocolo de Colaboração entre o SBSI e a Associação para o Ensino e Formação, denominado de INETESE, para promover e desenvolver ações conjuntas no apoio à qualificação e formação profissional.

No âmbito deste protocolo o SBSI disponibilizou à INETESE o montante global de 100.000 Euros cujo reembolso será realizado de outubro de 2012 até abril de 2015, segundo um plano de pagamentos mensais estabelecido no próprio protocolo. No exercício de 2016 a dívida do INETESE foi conciliada no montante de 72.529 Euros.

Por decisão do Tribunal de Comércio de Lisboa, datado de 15 de janeiro de 2016, foi decretado o Processo Especial de Revitalização da INETESE, tendo a dívida, no valor de 72.529 Euros, sido integralmente ajustada. Em 31 de Dezembro de 2018 o valor da dívida ascendia 70.514 Euros (72.529 Euros em 2017).

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

23. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Direção do SBSI em 11 de março de 2019.

A DIREÇÃO

Rui Fernando da Cunha Mendes Riso – Presidente
Rui Manuel dos Santos Alves – Vice -Presidente
Paulo de Amaral Alexandre - Secretário
João Nunes de Carvalho - Tesoureiro
António José Real da Fonseca
Cristina Alexandra Pereira Trony
José Maria Pastor de Oliveira
Humberto Miguel Lopes da Cruz Cabral
Fernando Horácio de Jesus Oliveira
António Manuel Tavares Ramos
Carlos Daniel da Paz Castanheira Bispo
Ângela Cardoso Ruivo Nunes Filipe
Rute Cláudia Marques Jesus Almeida

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE FUNDOS

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE FUNDOS DO EXERCÍCIO DE 2018

De harmonia com o disposto no art.º 81, n.º 2 dos Estatutos do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, a Direção propõe a aplicação do saldo positivo do exercício de 2018, no montante de 960.246,09 Euros, nos seguintes Fundos:

- Fundo Sindical	96.024,61 Euros
- Fundo de Greve e Solidariedade	288.073,83 Euros
- Fundo Sindical	576.147,65 Euros

Lisboa, 11 de março de 2019

A DIREÇÃO

Rui Fernando da Cunha Mendes Riso – Presidente
Rui Manuel dos Santos Alves – Vice -Presidente
Paulo de Amaral Alexandre - Secretário
João Nunes de Carvalho - Tesoureiro
António José Real da Fonseca
Cristina Alexandra Pereira Trony
José Maria Pastor de Oliveira
Humberto Miguel Lopes da Cruz Cabral
Fernando Horácio de Jesus Oliveira
António Manuel Tavares Ramos
Carlos Daniel da Paz Castanheira Bispo
Ângela Cardoso Ruivo Nunes Filipe
Rute Cláudia Marques Jesus Almeida